

Universidade Brasil
Campus Fernandópolis

ELIANE CALMON MALVAR

A POLÊMICA DO CAMPO DE GOLFE OLÍMPICO: UM ESTUDO DE
COMUNICAÇÃO AMBIENTAL

THE OLYMPIC GOLF COURSE COUNTRY: A STUDY OF ENVIRONMENTAL
COMMUNICATION

São Paulo, SP
2019

Eliane Calmon Malvar

A POLÊMICA DO CAMPO DE GOLFE OLÍMPICO: UM ESTUDO DE
COMUNICAÇÃO AMBIENTAL

Orientador: Prof. Dr. João Adalberto Campato Jr.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Brasil, como complementação dos créditos necessários para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Fernandópolis, SP

2019

FICHA CATALOGRÁFICA

M228p Malvar, Eliane Calmon.
A Polêmica do Campo de Golfe Olímpico: Um Estudo de Comunicação Ambiental/ Eliane Calmon Malvar.
São Paulo – SP: [s.n.], 2019.
65 p.: il.; 29,5cm.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Brasil, como complementação dos créditos necessários para obtenção do título de Mestre em Ciências Ambientais.

Orientador (a): Prof. Dr. João Adalberto Campato Jr.

1. Jornalismo Ambiental. 2. Área de Proteção Ambiental.
3. Jogos Olímpicos de 2016. I. Título.

CDD 363.7009811

Termo de Autorização

Para Publicação de Dissertações e Teses no Formato Eletrônico na Página WWW do Respeetivo Programa da Universidade Brasil e no Banco de Teses da CAPES

Na qualidade de titular(es) dos direitos de autor da publicação, e de acordo com a Portaria CAPES no. 13, de 15 de fevereiro de 2006, autorizo(amos) a Universidade Brasil a disponibilizar através do site <http://www.universidadebrasil.edu.br>, na página do respectivo Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, bem como no Banco de Dissertações e Teses da CAPES, através do site <http://bancodeteses.capes.gov.br>, a versão digital do texto integral da Dissertação/Tese abaixo citada, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira.

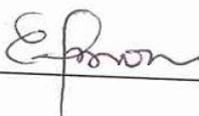
A utilização do conteúdo deste texto, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, fica condicionada à citação da fonte.

Título do Trabalho: "A POLÊMICA DO CAMPO DE GOLFE OLÍMPICO: UM ESTUDO DE COMUNICAÇÃO AMBIENTAL"

Autor(es):

Discente: Eliane Calmon Malvar

Assinatura: _____



Orientador: João Adalberto Campato Jr

Assinatura: _____



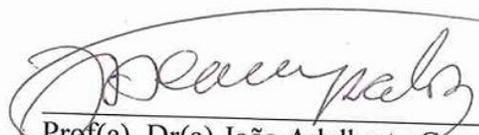
Data: 20/agosto/2019

TERMO DE APROVAÇÃO

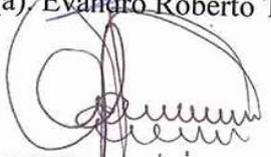
ELIANE CALMON MALVAR

“A POLÊMICA DO CAMPO DE GOLFE OLÍMPICO: UM ESTUDO DE
COMUNICAÇÃO AMBIENTAL”

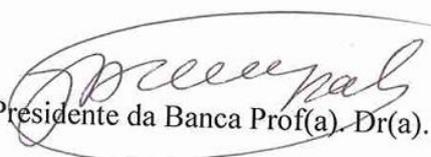
Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Brasil, pela seguinte banca examinadora:


Prof(a). Dr(a) João Adalberto Campato Jr (Presidente)


Prof(a). Dr(a) Evandro Roberto Tagliaferro (Universidade Brasil)


Prof(a). Dr(a) Eduardo César Catanozi (IFSP)

Fernandópolis, 20 de agosto de 2019.


Presidente da Banca Prof(a). Dr(a) João Adalberto Campato Jr

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu falecido Pai, Carlos Santos Calmon, um homem simples, amante da natureza. E ao meu filho Lucas Calmon Malvar, que muito me incentivou a não desistir diante das adversidades da vida, nessa busca pelo título de Mestre.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me fortalecer para superar todas as dificuldades, me dando condições e forças quando eu achava que não as tinha.

Agradeço à minha família por todo apoio e incentivo, especialmente minha Mãe Eunice de Oliveira Calmon. Obrigado por não me fazer desistir, me ajudando financeiramente e emocionalmente. Sem vocês eu não conseguiria.

À Universidade Brasil, pela oportunidade de fazer o curso como bolsista, fornecendo um corpo docente altamente qualificado para ministrar cada módulo do Mestrado.

À Secretária Acadêmica, Sr^a Ecreziana e ao Coordenador do Curso, Prof. Dr. Luiz Sergio Vanzela, pelos atendimentos eficientes e eficazes.

Ao meu Orientador, Prof. Dr. João Adalberto Campato Jr., pelo suporte, conselhos, correções e incentivos a produção e publicação dos resultados. Grata por todo aprendizado.

Meu agradecimento especial ao colega de turma Wagner Pereira Tito e seu marido Marcelo Germano, por me abrigarem em sua residência e me apoiarem emocionalmente, quando meu Pai faleceu.

Minha gratidão eterna.

***A Polêmica do Campo de Golfe Olímpico: Um Estudo de Comunicação
Ambiental***

RESUMO

Examina-se de maneira crítica e sistemática a cobertura da grande imprensa *on-line* brasileira da polêmica do Campo de Golfe Olímpico, na cidade do Rio de Janeiro, sede dos Jogos Olímpicos de 2016. Com isso, objetiva-se refletir sobre como o jornalismo virtual de alguma das maiores empresas brasileiras de comunicação retratou e interpretou as tensões ambientais e sociais nesse evento, além de observar a influência dos meios de comunicação de massa na formação da opinião pública sobre questões ambientais. Para alcançar os objetivos acima indicados, fez-se uso de pesquisa qualitativa e da técnica de análise de dados conhecida por Análise de Conteúdo. Ao final da investigação, concluiu-se, entre outros aspectos, que a grande imprensa ambiental brasileira *on-line* não se lança a denúncias e críticas mais veementes ao episódio em questão provavelmente por ser porta-voz dos grupos dominantes capitalistas.

Palavras-chave: Jornalismo Ambiental, Área de Proteção Ambiental, Jogos Olímpicos de 2016.

The Olympic Golf Course Controversy: A Study of Environmental Communication

ABSTRACT

This study critically and systematically examines the coverage of the major Brazilian on-line media in the controversy of the Olympic Golf Course, in the city of Rio de Janeiro, which hosts the 2016 Olympic Games. The purpose of this study is to reflect on how the great virtual journalism portrayed and refrained the environmental and social tensions in this event, in addition to observing the influence of the mass media in the formation of public opinion on environmental issues. To achieve the above objectives, we used qualitative research and the technique of data analysis known as Content Analysis. At the end of the investigation, it was concluded, among other things, that the Brazilian on-line environmental press does not launch the most vehement denunciations and criticisms of the episode in question, probably because it is the spokesperson for the dominant capitalist groups.

Keywords: Environmental Journalism, Environmental Protection Area, 2016 Summer Olympics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - APA antes da construção do Campo de Golfe Olímpico - Rio de Janeiro de 2016	14
Figura 2 - Jacaré do papo amarelo	36
Figura 3 - Área demarcada para construção do Campo de Golfe Olímpico	38
Figura 4 - Animais no Campo de Golfe durante as partidas	47
Figura 5 – Animais no Campo de Golfe durante as partidas.....	47
Figura 6 – Construção do Campo de Golfe	55
Figura 7 - Campo de Golfe Olímpico atualmente	57
Figura 8 – O Campo de Golfe Olímpico atualmente	57

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
3. REFERENCIAL TEÓRICO	22
3.1 A COMUNICAÇÃO	22
3.1.1 A Comunicação Ambiental	26
3.2 Jornalismo Ambiental.....	28
3.3 A Polêmica	33
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	41
4.1 A Polêmica nos jornais on-line	41
5. CONCLUSÕES	58
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	62

1. INTRODUÇÃO

As informações ambientais podem ser veiculadas por diferentes formas de comunicação, como os jornais, as televisões, as emissoras de rádio, o cinema, a literatura, a música, o teatro e a internet, entre outras possíveis.

Nesse sentido, é possível afirmar que tais informações ambientais são emitidas:

1. Pela chamada grande imprensa, isto é, pelos poderosos e influentes grupos midiáticos de alcance mais universal e que não são especializados em assuntos do meio ambiente, que, aí, são tratados esporadicamente, quando não de maneira marginal. A grande imprensa caracteriza-se, também, por constituir a parcela da imprensa que detém os maiores números audiência e de circulação.
2. Pela chamada imprensa especializada, com jornais de pequenas tiragens, destinados a um público relativamente homogêneo, e que trata as questões ecológicas com uma abordagem mais aprofundada, técnica e sistemática.

É inegável que a comunicação ambiental se reveste de acentuada importância, pois é por meio dela que boa parte da população tem acesso a acontecimentos direta ou indiretamente relativos ao meio ambiente, formulando sobre eles opiniões gerais e pontos de vista.

Assim sendo, não é exagero afirmar que a comunicação ambiental é responsável pelas representações subjetivas e sociais da opinião pública sobre os eventos do meio ambiente. Em outros termos, o entendimento que a opinião pública tem a respeito do meio ambiente é intermediado pela comunicação ambiental. Ao levar em conta a forma pela qual os órgãos de comunicação tratam determinado tema, acontecimento ou personalidade, depara-se com a maneira pela qual a população é ideologicamente conduzida a opinar sobre os mesmos eventos.

Nesse quadro, torna-se fundamental nunca perder de vista que os órgãos de comunicação, ao contrário do que muitos imaginam, não são neutros, não realizando coberturas jornalísticas totalmente distanciadas e passivas em relação ao seu objeto de atenção. Sem dúvida que o texto jornalístico tende a ser mais objetivo do que,

por exemplo, um texto literário ou um discurso político. Mas isso não significa que, nos textos de jornais e dos portais de notícias, o jornalista consiga comentar ou descrever um fato anulando completamente sua visão de mundo particular e sua forma de vivenciar subjetivamente a realidade.

O tema da presente dissertação, conforme já se nota, localiza-se no âmbito da comunicação ambiental. Especificamente, o assunto examinado diz respeito a determinados aspectos da cobertura jornalística realizada pela grande imprensa *on-line* brasileira de um fato relacionada aos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, no ano de 2016, e que se reporta a um problema socioambiental, a uma relação tensa entre homem e natureza. Trata-se do campo de golfe utilizado para as partidas desse esporte durante os jogos olímpicos, construído em área de proteção ambiental, na zona oeste do Rio de Janeiro, no bairro da Barra da Tijuca, próximo à Lagoa de Marapendi e seus mangues.

Os Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro foram naturalmente precedidos pela realização de obras de infraestrutura urbana. Como se tornou público, essa movimentação acarretou sérios prejuízos ambientais que atingiram considerável parcela da mata atlântica da região.

Entre tais obras nocivas e polêmicas, encontra-se a construção do Campo de Golfe Olímpico, feita, aliás, por meio de dinheiro privado. Não deve passar despercebido o fato de que, particularmente nessa região, a partir do anúncio de que a cidade do Rio de Janeiro seria sede olímpica, houve aumento significativo no valor das áreas destinadas à construção civil.

APA antes da construção do Campo de Golfe Olímpico - Rio de Janeiro 2012.
Ver figura a seguir.



Figura1-Fonte:<https://oglobo.globo.com/rio/projeto-de-paes-muda-parametros-ambientais-para-setor-privado-construir-campo-de-golfe-na-barra-6618880>

O campo de Golfe, com 970 mil metros quadrados de extensão, situado na Barra da Tijuca, gerou intenso debate na ocasião de sua implementação por alguns motivos, dentre os quais se destacam:

1. Por ser construção de custo alto, orçada em mais de R\$ 60 milhões, e por ter sido levada a cabo por empresa privada (PESSOA, 2016);
2. Por estar localizado em terreno privado. Por sinal, o campo situa-se na área de proteção ambiental (APA) de Marapendi.
3. Por não ter havido estudo de impacto ambiental antes da construção.
4. Pela empresa proprietária da área, que, por ter cedido o campo de golfe por 20 anos para projetos públicos, obteve em troca disso o direito de erguer no entorno da construção 22 edifícios de alto padrão.

Mesmo após a realização dos Jogos Olímpicos e com a sinalização de incremento futuro e sistemático ao esporte (o aguardado legado esportivo das Olimpíadas), por meio da referida concessão do campo de golfe por 20 anos ao Poder Público, com finalidade de estímulo ao esporte, o legado negativo deixado foi o ambiental, em decorrência do prejuízo ecológico ocasionado àquele *habitat*.

Até o momento da “necessidade” da construção do Campo de Golfe Olímpico, aquela área de proteção ambiental (APA) impediu a urbanização, à custa de restrições municipais, que não permitiam edificações naquela localidade. Nos jogos olímpicos, durante as partidas de golfe, em situações bastante impactantes, animais circulavam livremente nos gramados, procurando o que antes era sua “residência” natural (PESSOA, 2016).

No seguimento de considerável embate judicial e ambiental a fim de que a construção do campo chegasse a bom termo, os vereadores do Rio de Janeiro, no ano de 2012, aprovaram licença ambiental à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, desapropriando algo da vegetação pertencente à Mata Atlântica do Parque de Marapendi, contrariando, a um só tempo, a legislação anterior, a população, os movimentos ambientais, as ONG's e até o Ministério Público, que concluiu que a obra causaria significativa degradação do meio ambiente. Como já reparado, no meio das partidas olímpicas de golfe, cobras, capivaras, jacarés e corujas buraqueiras, perambulavam pelo local alheios ao que se passava nos tribunais.

Tal questão tem suscitado inúmeras polêmicas e debates, aos quais a imprensa não tem ficado imune, noticiando as controvérsias por meio de jornais impressos, televisados ou *on-line*.

É indispensável considerar e rever, com a atenção devida, esse debate para estabelecer políticas ambientais de urbanização, não apenas nas grandes cidades, como o Rio de Janeiro, mas, igualmente, nas pequenas localidades, conscientes e sem interesses político-partidários e financeiros, distanciando-se de tudo aquilo que sinaliza para um prejuízo social e ambiental para a coletividade no presente e no futuro.

A despeito de terem sido amplamente divulgadas nos meios de comunicação de massa (internet, TV, jornais, rádio, revistas, etc), os debates e a polêmicas em torno do campo de golfe olímpico da Rio-2016 ainda não chegaram, em número expressivo, aos livros acadêmicos, às teses e às dissertações acadêmicas e aos artigos científicos.

Em parte, isso se deve ao caráter temporalmente recente de tal evento ou mesmo ao pensamento de que a imprensa já teria esgotado, de maneira suficiente, o assunto. Espera-se, portanto, que, dentro de mais alguns anos, esse

acontecimento possa já ser tratado pelas lentes dos intelectuais e analistas universitários com base em análises mais sistemáticas e metódicas.

Apenas a título de ilustração, uma busca realizada no “SciELO” para os termos “Rio golfe Olímpico 2016”, não encontrou nenhum resultado; já no Google Acadêmico¹, para os termos “campo golfe olímpico Rio 2016”, o resultado foi de aproximadamente 2000 menções. Desse número, tanto quanto se pôde averiguar, nenhum artigo ou livro tratou da questão dos aspectos comunicacionais envolvidos no evento do campo de golfe.

A bem do rigor, há o artigo de Mesquita e Tsutsui (2014), que aborda a comunicação organizacional/empresarial dos jogos olímpicos de 2016 em geral, mas que, em nenhum momento, toca na questão do golfe olímpico e de sua área de jogo.

Os artigos que tangenciaram o assunto desta dissertação ficaram, sem espaço para dúvidas, mais concentradas na questão jurídica, nas relações escusas entre a esfera pública e a esfera privada e, evidentemente, nos problemas ecológicos daí decorrentes. Cita-se, como artigo exemplar desse enfoque, o estudo de Luz e Leite (2015), ao qual se recorrerá em várias oportunidades ao longo da presente investigação.

No que concerne a dissertações e teses universitárias sobre o assunto em pesquisa, uma consulta à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), revelou apenas um trabalho que se centra na questão do campo de golfe olímpico, mas nenhum cujo interesse tenha recaído especificamente na comunicação da polêmica do campo de golfe. A dissertação é a de Moura (2016), que foca as visões do arquiteto sobre a cidade do Rio de Janeiro, num contexto para os preparativos das olimpíadas, trabalhando com os diversos imaginários sobre a cidade.

No catálogo de teses da CAPES, havia uma dissertação de algum interesse. Trata-se do trabalho *Uma Análise Crítica das Áreas de Preservação Ambiental no Centro Urbano: o Caso do Campo de Golfe Olímpico da Barra da Tijuca/RJ*. (CARVALHO, 2018). Semelhante à pesquisa de Mesquita e Tsutsui (2014), há pouco comentada, esta dissertação avança na discussão dos limites entre os interesses públicos e privados, centrando a atenção no caso da descaracterização e

¹https://scholar.google.com.br/scholar?hl=ptBR&as_sdt=0%2C5&q=campo+golfe+ol%C3%ADmpico+rio+2016&btnG=. Acesso em 06 jan 2019

redução da área de proteção ambiental (APA), do Parque de Marapendi, local em que foi construído o campo de golfe da olimpíada de 2016, na cidade do Rio de Janeiro. Todavia, como tem ocorrido sistematicamente, nela não se constatou nenhum comentário mais desenvolvido a respeito da relação entre polêmica e comunicação ambiental.

De semelhante maneira, uma busca mais profunda nos sites das principais livrarias brasileiras como a “Cultura”², a “Saraiva”³, a “Amazon”⁴ e a “Estante Virtual”⁵ não indicou nenhum livro cujo tema estivesse, direta ou indiretamente, relacionado à polêmica do campo de golfe dos jogos olímpicos do Rio de Janeiro em 2016 e seus desdobramentos políticos, ecológicos ou comunicacionais.

Isso posto, procura-se, nesta dissertação, refletir, em termos de comunicação ambiental, sobre a polêmica provocada pelo campo de golfe das Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. Com isso, tem-se o propósito de examinar a cobertura que a grande imprensa *on-line* brasileira consagrou ao fato, sobretudo no sentido de que se possa captar as linhas de interpretação que ela deu – ou deixou de dar - a esse fenômeno, em seu processo de construção discursiva.

² <https://www.livrariacultura.com.br/>. Acesso em: 10 jan. 2018.

³ <https://www.saraiva.com.br/>. Acesso em 10 jan. 2018.

⁴ <https://www.amazon.com.br/>. Acesso em 15 jan. 2018,

⁵ <https://www.estantevirtual.com.br/>. Acesso em 17 jan. 2018.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No terreno particular da metodologia, esta pesquisa seguiu a orientação teórica da pesquisa qualitativa, que, para Sampieri, Collado e Lucio (2013), procura proporcionar maior entendimento de fatos, percepções, emoções e pensamentos, não de uma perspectiva quantitativa (numérica ou estatística), mas de uma orientação que se aprofunda nos casos e nas pessoas analisadas, procurando-lhe as significações mais profundas e as vivências mais agudas.

Sabe-se que a pesquisa qualitativa é extremamente empregada nas ciências humanas e sociais, bem como na linguística, letras e artes. Nela, admite-se, em certa escala, a subjetividade do pesquisador, que não anula seus valores pessoais tampouco suas intuições a respeito dos fatos e pessoas que examina.

Outra faceta da pesquisa de teor qualitativo consiste em coletar os dados com base em número reduzido de casos (nesta dissertação, as unidades de análise são sete artigos jornalísticos *on-line*), dos quais se buscará um significado mais aprofundado e cuja tradução dificilmente se obteria apenas por meios estatísticos ou numéricos.

No mais, a coleta de dados qualitativos deve se processar nos ambientes cotidianos dos participantes ou no local rotineiro da ocorrência dos fenômenos ou dos eventos pesquisados. Não se procura, necessariamente, generalizar as conclusões a uma população maior, a chamada generalização estatística.

Minayo (2013, p.197), por seu turno, lembra que se pode considerar que “uma amostra qualitativa ideal é a que reflete a totalidade das múltiplas dimensões do objeto de estudo”, assim, a saturação deve ser um procedimento que dá o norte ao pesquisador e o informa de que não há necessidade de mais entrevistas, de mais questionários, de mais observações, de mais análises.

Como expresso anteriormente, a pesquisa não visa a generalizar seus resultados a uma população mais ampla, mas, antes, a compreender os fatos levados em consideração na investigação, em seu contexto particular de aparecimento e com base nas perspectivas dos participantes. Essa compreensão particular pode, todavia, auxiliar a, eventualmente, compreender outros casos

semelhantes. A esse fenômeno dá-se o nome de transferência ou generalização analítica (YIN, 2016).

Nesta investigação, foram focalizados grandes jornais *on-line* brasileiros não especializados em assuntos ambientais (a chamada grande imprensa pela terminologia técnica da comunicação), que dedicaram reportagens ao campo de golfe olímpico durante a Olimpíada do Rio de Janeiro e, também, no ano anterior (2015) e no ano posterior ao evento (2017).

Os jornais com matéria analisada foram *Folha de S. Paulo*, *Extra*, *Veja Rio* e *O Estado de São Paulo*, todos pertencentes a grandes grupos de comunicação sediados no eixo Rio-São Paulo. No processo de análise, a ordem de aparecimento e de interpretação dos jornais não será a cronológica.

Quanto à amostragem, como se sabe, na pesquisa qualitativa, não é probabilística e não precisa ser representativa da população. São necessários, pelo contrário, alguns poucos casos que ajudem a entender a situação objeto de pesquisa.

Com isso em mente, foi empregado o critério de saturação: analisaram-se algumas reportagens da imprensa *on-line* sobre aspectos polêmicos do campo de golfe olímpico até perceber que se possuíam, em essência, as informações que balizaram a pesquisa e que respondiam às perguntas que geraram a investigação, não havendo, por conseguinte, muitas chances concretas de aparecer algo de novo em consultas a outros artigos do mesmo perfil.

Para efeito de análise dos dados coletados da imprensa ambiental *on-line*, foi empregado o método da análise do conteúdo clássica, que, visa, de forma geral, a fazer inferências a partir de dados superficiais ou denotativos, procedendo, em seguida, a categorizações (BARDIN, 2011).

As inferências – deduções lógicas e justificadas - são feitas à luz das condições de produção das mensagens, com a devida consideração da situação do emissor (produtor das mensagens) e do destinatário (receptor das mensagens), assim como do meio em que se situam.

A Análise de Conteúdo parte do pressuposto de que as mensagens - verbais ou não - não são todas necessariamente transparentes, o que equivale a aceitar que os textos podem dizer mais do que demonstram dizer na aparência, sempre havendo, portanto, possibilidade de descobertas além do que está manifesto superficialmente.

Nesse processo sistemático e ordenado de busca, a análise de conteúdo proporciona, entre outros fatos, o vigoroso desmascaramento dos valores estrategicamente escondidos por trás de mensagens inocentes ou espontâneas, bem como a identificação do inconsciente coletivo abrigado em aparentes incoerências. (BARDIN, 2011).

A análise pode se concentrar no campo temático das mensagens ou ainda no campo do vocabulário ou do estilo. Os dados de interesses surgidos pela atividade regrada de leitura dos conteúdos são classificados e reunidos em categorias, o que favorece, aos poucos, o surgimento de “um sentido capaz de introduzir alguma ordem na confusão inicial” (BARDIN, 2011, p.43).

No âmbito global, as etapas de análise dessa prática são, de acordo com Bardin (2011), as seguintes:

- Pré-análise
- Exploração do material
- Inferências e Interpretações

Isso quer dizer que, de início, o analista estabelece contato com o material a ser analisado, escolhendo aqueles que lhe são mais úteis e estabelecendo com base neles algumas hipóteses de trabalho. A leitura, num estágio inicial, é flutuante, momento em que podem surgir, tais quais sucessões de flashes, algumas impressões, depois, substituídas por análises.

Seguem-se as categorizações, classificando e reagrupando elementos que guardam entre si semelhanças de alguma ordem, como, por exemplo, a sintática ou a semântica. Por fim, são realizadas inferências, “operação lógica destinada a extrair conhecimentos sobre os aspectos latentes da mensagem analisada” (FONSECA JR., 2017, p.284).

No que toca à presente Dissertação, foram escolhidos e observados previamente artigos da grande imprensa *on-line* brasileira cujo tema dizia respeito mais de perto à polêmica do campo de golfe olímpico; algumas hipóteses foram formuladas.

Em seguida, exploraram-se tais textos de forma sistemática e classificatória, de maneira que fosse possível extrair algumas categorias, que,

posteriormente, foram interpretadas com vistas a captar algum sentido mais profundo das mensagens, que lhes revelasse alguma ideologia e algum conjunto de valores subjacentes, ou seja, que não estivesse sido captado por uma primeira leitura superficial e ingênua.

Isso explicado, comenta-se, agora e brevemente, a organização estrutural desta dissertação.

Com efeito, no próximo capítulo, nos quadros do referencial teórico, trata-se da comunicação, que será subdividida em comunicação ambiental e em jornalismo ambiental; a polêmica também será matéria de reflexão. Depois disso, as teorias e os pressupostos comentados serão aplicados para um melhor entendimento da gênese, do desenvolvimento e dos sentidos que gravitam em torno do episódio do campo de golfe olímpico da Rio-2016.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 A Comunicação

Para as questões de comunicação que importa reter ao longo deste trabalho, adota-se como guia teórico principal – mas não exclusivo - o livro *A Comunicação Persuasiva: Teoria e Prática*, de Campato Jr (2015), que oferece um panorama sobre a comunicação em geral e a comunicação persuasiva em particular.

Principiando pelo plano da etimologia, “comunicar” é uma palavra oriunda do vocábulo latino *communicare*, que significa “tornar comum”. Dessa ótica, conceitua-se comunicar como “ação social de tornar comum” (VILALBA, 2006, p.5). O que se torna comum é o sentido das mensagens veiculadas, que é apresentado e negociado pelos sujeitos em comunicação.

No *Dicionário de Ciências da Linguagem* (GREGORY; RABAÇA, 2008, p.147), entende-se, de forma didática mas algo superficial, a comunicação “como um acontecimento de linguagem pelo qual uma mensagem é transmitida por um emissor a um receptor”.

Fiorin (2014, p.76) assinala que a comunicação é “atividade característica dos indivíduos que vivem em sociedade; eles trocam mensagens, produzidas por um sistema de signos, com diferentes finalidades (informar, persuadir, afirmar-se perante o grupo social, etc).

Observa-se pela conceituação mencionada que a “comunicação” não se limita a informar, atuando, também e sobretudo, na ação em relação ao outro, na busca da persuasão e do convencimento.

Por oportuno, vale esclarecer que os teóricos atuais da comunicação têm cada vez mais enfatizado como elemento fundador da comunicação seu caráter persuasivo, que, inclusive, seria mais relevante do que a própria transmissão de informação ou de mensagens. Em suma e numa abordagem mais recente, ao comunicar, transmitem-se informações e, sobretudo, deseja-se persuadir os interlocutores (CAMPATO JR., 2015).

A comunicação, em linhas mais tradicionais, prossegue sendo encarada como a remessa de uma mensagem de um emissor a um receptor, os quais se alternam nessas funções.

Para que tal envio se efetive, há necessidade da existência de alguns fatores, como, por exemplo, o canal, o código e o referente. O canal é conceituado como o suporte físico das mensagens; já o código é formado por signos submetidos a uma combinação particular. O referente diz respeito ao assunto ou tema da comunicação. Todos esses fatores são levados em conta pelo emissor, que formula sua mensagem e a envia ao receptor. O esquema da comunicação está representado na figura 1:



Figura 1: Esquema da Comunicação

Fonte: CAMPATO Jr (2015).

Na comunicação, o emissor ou destinador se faz responsável pela emissão da mensagem. O receptor ou o destinatário é o indivíduo ou grupo deles que recebe a mensagem, a qual, por sua vez, é constituída pelo conteúdo das informações.

O canal é o meio de circulação das mensagens; isto é, os suportes técnicos ou materiais aos quais o emissor tem acesso para assegurar o direcionamento da mensagem. O canal tanto pode ser representado pelo ar (canal direto), por onde se veiculam as ondas sonoras da fala, como por um *outdoor* (canal indireto). Ao canal físico, pode-se acrescentar o contato psicológico, que, consoante o entendimento do linguista Jakobson (1975, p.123), compõe-se de “uma conexão psicológica entre o remetente e o destinatário, que os capacite a ambos a entrarem e permanecerem em comunicação”.

O código pode ser figurado como uma reunião de signos convencionados para comunicação entre as pessoas. Nesse sentido, o farol do trânsito constitui um código porque há as cores (signos) e uma regra de combinação deles (a ordem em que as cores aparecem umas antes ou depois das outras comunicando mensagens coerentes às pessoas).

Quando se fala de referente, reporta-se ao contexto da comunicação e ao assunto que é objeto da comunicação. Um comentário sobre o processo de comunicação não estaria completo se não se fizesse referência ao ruído, à redundância e ao *feedback*.

Por ruído, entende-se tudo aquilo a interferir no efetivo andamento da comunicação, tanto no que se refere ao emissor, à mensagem, ao receptor, ao canal, ao referente e ao código. Citem-se, como exemplo, tempestades cortando o sinal de satélites ou sinais fracos de internet.

Com o objetivo de amenizar os riscos do ruído, o comunicador empregará processos de redundância, os quais buscam, por meio de estratégias de repetição, certificar-se de que a mensagem seja compreendida pelo receptor.

O *feedback*, por fim, equivale à obtenção de dados sobre o andamento da comunicação, com o que o emissor pode avaliar a eficácia do processo. São considerados *feedbacks* o comportamento, a gestualidade, a postura dos receptores.

Tendo em linha de conta a polêmica que constitui objeto deste exame, considera-se o emissor como sendo os jornalistas responsáveis pelas reportagens *on-line* feitas sobre o campo de golfe, o qual, por seu turno, é o referente das comunicações que estão sendo veiculadas.

Nesse sentido, é sobre o campo de golfe e suas eventuais irregularidades que se concentram as manifestações dos jornalistas, assim como a atenção dos leitores dos jornais, que são os receptores desse circuito de comunicação.

Evidentemente que o referente se desdobra de uma tal maneira, ao longo da polêmica, que se torna adequado julgar, igualmente, como assuntos da polêmica os seguintes elementos: a questão ambiental, os interesses públicos e privados das

gestões governamentais, a corrupção, entre outros temas possíveis de serem catalogados.

Espera-se, pois, dos jornalistas que sejam o mais objetivo possível; mas, por outro lado, sabe-se muito bem que a objetividade e a neutralidade completa são ideais impossíveis e inatingíveis para qualquer emissor, não importando, no limite, qual seja o teor de sua comunicação e para qual órgão de imprensa eles trabalhem ou prestem serviço.

Nesse cenário, para que o público não venha a se tornar presa fácil e desavisada das mistificações da comunicação em geral e do jornalismo em particular, é necessário que ele se pergunte antes de ler os jornais:

- Qual é a biografia do emissor;
- Para qual órgão de comunicação ele trabalha;
- Há algum interesse escuso ou secundário que o move a trabalhar nessa reportagem;
- Qual é contexto histórico, político e social em que a reportagem foi feita e a notícia publicada, etc.

No atinente ao canal de comunicação, a polêmica é divulgada pelas telas de um computador ou de um celular, por meio das seções esportivas dos jornais on-line de grande circulação.

O código é a língua portuguesa na modalidade escrita, expressa num estilo formal e culto, mas não cerimonioso, nem pomposo. Em resumo, num estilo bem típico dos jornais, endereçados a receptores heterogêneos, mas, que em geral, são urbanos possuem boa cultura e são relativamente interessados em assuntos atuais.

Sabe-se que a leitura pela internet já não é linear, isto é, da esquerda para a direita e de cima para baixo, com base em um procedimento de cada vez. Muito pelo contrário, trata-se de uma leitura de hipertextos, com a presença de links e hiperlinks que remetem o leitor, num verdadeiro processo de articulação, a outros textos, cuja leitura pode bem auxiliar na compreensão dos significados do texto principal.

Em vista disso, faz-se adequado cogitar que os leitores de uma polêmica no suporte digital têm fácil acesso aos demais outros textos que integram a referida

polêmica, podendo, dessa forma, esclarecer dúvidas, rememorar pontos importantes, rever posições, cotejar pontos de vistas, tomando partidos de uma forma mais consciente e ponderada.

3.1.1 A Comunicação Ambiental

A comunicação ambiental reporta-se a toda comunicação cujo objeto de interesse é algo relativo ao meio ambiente, principalmente às questões mais atuais, como a camada de ozônio e o aquecimento global, os rompimentos das barragens das mineradoras, os diversos tipos de poluição, os desastres ambientais, o desmatamento, o tratamento de esgotos, a escassez de recursos naturais, as tensões entre preservação da natureza e os diversos interesses econômicos envolvidos nas ações humanas. (CAMPATO JR, 2018).

No parecer de Bueno (2007, p.31), a comunicação ambiental engloba “atividades direcionadas à divulgação/promoção da causa ambiental”. Dessa forma, constituem modalidades da comunicação ambiental gêneros discursivos tais quais: folhetos, palestras, campanhas publicitárias, atividades jornalísticas, livros, vídeos, filmes, etc.

O mesmo autor, em obra posterior (2015, p.51-69), adota o termo “comunicação para sustentabilidade”, acentuando que sua função primordial é a conscientização para os riscos do consumo exagerado, para a luta pela biodiversidade, para a necessidade de defesa da democracia e igualdade social e para a denúncia dos abusos cometidos por pessoas ou empresas.

Murad, Amaral Filho e Boff (2013, p.150) tratam de uma modalidade da comunicação ambiental, que denominam de comunicação verde ou de comunicação organizacional verde. Trata-se de uma comunicação organizacional, “que tem os problemas ambientais, fundamentalmente aqueles provocados pelas alterações climáticas contemporâneas, no cerne de suas construções discursivas e de ações destinadas a todos os seus públicos”.

A comunicação ambiental figura-se como manifestação quase sempre de característica marcadamente militante e compromissada, vinda de jornalistas engajados na defesa do meio ambiente e de práticas sustentáveis.

Se se pensar no que ficou sinalizado, percebe-se bem que, na comunicação ambiental, a dimensão interativa – isto é, a dimensão de ação e reação entre os interlocutores - própria de todas as comunicações torna-se ainda mais nítida.

Bueno (2007, p.15), a esse respeito, sentencia que o jornalismo ambiental “deve ter compromisso com o interesse público, com a democratização do conhecimento, com a ampliação do debate”. Para o autor, militância equivale a dizer compromisso do jornalista com a conscientização, com a denúncia dos grandes interesses, com a superação das desigualdades. Da mesma forma, avulta, como consequência, sua faceta persuasiva.

Uma possível tipologia em relação a coberturas jornalísticas é fornecida, tanto quanto possível, por Oliveira (1996, p.63), que observa no cerne do jornalismo de cunho ambiental as principais modalidades seguintes:

- Denúncia;
- Propostas de solução para problemas ecológicos e
- Questões “amenas” (nichos ecológicos, reservas florestais, entre outras).

As três modalidades acima permitem coberturas políticas, econômicas, sociais e científicas, que podem vir destacadas ou mescladas numa só reportagem.

Vilmar Berna, em *Comunicação Ambiental* (2010, p.65-71), propõe listar os principais elementos de uma comunicação ambiental que seja válida e eficaz:

1. A comunicação ambiental não é neutra;
2. Deve-se entender a comunicação ambiental como um direito e um dever;
3. A importância de atuar como um comunicador engajado;
4. A educação ambiental tem seus limites; por si só, não basta para realizar todas as mudanças necessárias;
5. Adaptar a linguagem tecnicista; ou seja, fugir do “ecologuês”;

6. Considerar que o público não é um livro em branco, daí que a comunicação ambiental nunca deve partir do zero;
7. Comunicação ambiental, para ser acreditada, precisa assegurar o direito do contraditório;
8. O todo em vez das partes: a comunicação ambiental precisa ser sistêmica, com um posicionamento holístico, em que todos os envolvidos em determinados processos participem;
9. Comunicação em Mão Dupla: a comunicação ambiental não deve impor nada; deve, antes, dialogar e negociar;
10. Uma comunicação ambiental deve propor, direta ou indiretamente, planos de comunicações para as organizações e empresas.

3.2 Jornalismo Ambiental

O jornalismo ambiental se insere no contexto mais amplo e geral da comunicação ambiental, tal como já examinado. Além disso, para Berna (2010, p.36), ele é uma modalidade do jornalismo científico, visto que “lida com a ciência e busca difundir a relação sociedade – meio ambiente”.

Nessa mesma linha, Bueno (2007, p.30-32) ressalta que o jornalismo, como forma de comunicação social, está às voltas, também, com as estratégias para a promoção e divulgação da causa ambiental, agindo, no entanto, de maneira específica por meio de manifestações jornalísticas, vinculadas a todo um sistema de produção típico, que é o do jornal e o dos profissionais da imprensa.

O jornalismo ambiental está mais comprometido com a atualidade, com alguns formatos de textos e com periodicidade regular. O jornalismo ambiental, além do mais, deve adotar uma pauta comprometida, não se contentando em descrever os fatos, mas, antes, examinando as causas que lhes deram origem.

Na visão de Berna, o jornalismo ambiental, tal qual se conhece hoje, surgiu no final de 1960 como resultado direto do movimento ambientalista verificado nessa

época. Na França, por exemplo, pode ser citada a Conferência da Biosfera, em 1968.

Especificamente no Brasil, no mesmo período, o jornalista paulista Randau de Azevedo Marques – considerado o primeiro jornalista brasileiro especializado em meio ambiente - foi preso pela “Operação Bandeirante” (que combatia opositores paulistanos do regime ditatorial brasileiro), acusado de subversão em virtude de duas reportagens em que denunciava a contaminação por chumbo de trabalhadores de gráficas e sapatarias em Franca, no interior de São Paulo, e em que apontava os males provocados pelos agrotóxicos.

No entanto, é possível encontrar, respeitadas as devidas diferenças, antecedentes remotos de jornalismo ambiental em várias manifestações culturais, como, por exemplo, no romance *Os Sertões* (1902), de Euclides da Cunha (1866-1909), que recolhe e revê o trabalho do escritor quando este era jornalista de *O Estado de São Paulo* fazendo a cobertura da Guerra de Canudos (1893-1897), oportunidade em que revela aos brasileiros a fratura existente, em vários sentidos, entre o espaço do litoral e o sertão brasileiros (CAMPATO JR., 2017, p.63-69).

O progresso do jornalismo ambiental também se beneficiou da Conferência de Estocolmo, em 1972, e, sobretudo, da Rio 92, a conferência promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

De acordo com o relato de Berna (2010), durante este último encontro, os jornalistas receberam aulas a propósito dos assuntos que seriam alvo de discussões ao longo do encontro, sem contar a contratação pelos órgãos de imprensa de um considerável número de jornalistas especializados em meio ambiente para realizar a cobertura. Além disso, foram criadas pelas mídias editoriais somente para lidar com as pautas ambientais.

Bueno (2008, p.165) assinala que, dentre as várias funções do jornalismo ambiental, é dever inadiável destacar três:

- A função informativa: por esta função, a imprensa ambiental preenche as necessidades que os cidadãos têm de estar a par do que acontece no plano do meio ambiente;
- A função pedagógica: por meio desta função, o jornalismo ambiental deve expor as causas e soluções de problemas ambientais.;
- A função política, pela qual a imprensa ambiental pode mobilizar a sociedade em torno da solução dos problemas ambientais, lutando contra os interesses de empresas e setores nocivos à saúde do meio ambiente como um todo. Além disso, a imprensa ambiental tem a obrigação de vigiar a ação dos governantes.

Quanto às modalidades de mídia ambiental, costuma-se fazer a seguinte especificação, que, por sinal, não deve ser tomada de maneira excessivamente rígida ou polarizada: há as notícias ambientais que chegam ao público por meio da chamada Grande Mídia ou por meio da chamada mídia especializada.

Em linhas gerais, a primeira não é especializada em meio ambiente, dele tratando esporadicamente ou em pequenos espaços previamente destinados a tais assuntos. Já os veículos da mídia ambiental são reservados totalmente à discussão de temas ambientais, que aí são tratados, em geral, de forma mais aprofundada e técnica.

Quase invariavelmente, os proprietários da grande mídia são constituídos de famílias da elite econômica, tendendo, na opinião de Berna (2010, p. 41), a “reproduzir o pensamento do modelo econômico dominante”. Já a mídia especializada ou, simplesmente, mídia ambiental, ainda segundo o mesmo autor, está “mais ligada à resistência social, à denúncia, à crítica, à oposição a este modelo dominante”.

Seja como for, conforme bem alerta Berna (2010, p.41), não importa de onde vier, a informação ambiental tem de ser eficiente tanto na qualidade quanto na quantidade, já que ela é “ferramenta indispensável para a formação e mobilização da cidadania ambiental”.

No que toca à pauta dos órgãos de imprensa ambientais, há de destacar os seguintes: as agressões à natureza e suas belezas; aspectos produtivos da natureza (gestão ambiental, tecnologias, legislação e licenciamento); aspectos sociais e políticos relativos ao meio ambiente, entre outros.

Se a temática ambiental se faz cada dia mais presente na mídia nacional em termos quantitativos, a cobertura de tal temática não está sendo adequada, de acordo o pensamento de Bueno (2015, p.54). Para o autor, falta, na cobertura da imprensa, espírito crítico, sobrando, por outro lado, superficialidade.

Tais problemas podem ser explicados, em parte, pela falta de um maior conhecimento dos jornalistas sobre a questão a respeito da qual tratam e pelo lobby que os atinge vindo de determinados setores empresariais comprometidos com uma noção “cosmética” de sustentabilidade, amparada em aspectos econômicos.

O mesmo Bueno (2015, p.57) afirma que o jornalismo ambiental tem apresentado determinadas síndromes, que impedem que ele cumpra a contento suas funções informativas, pedagógicas e de conscientização. Tais síndromes, em síntese, são as seguintes:

- “Síndrome do Zoom ou do olhar vesgo”, responsável pela fragmentação e segmentação das notícias ambientais, que as retira de uma perspectiva inter e multidisciplinar. A cobertura ambiental não pode ser reduzida a um olhar, seja econômico, político, social, cultural, etc. Também não pode se limitar às superfícies do fato, procurando considerar que as relações entre meio ambiente e outras áreas de conhecimento.
- “Síndrome do Muro Alto”, que consiste na busca de despolitizar o debate ambiental.
- “Síndrome do Lattes”, pela qual o jornalismo ambiental tem se limitado a fontes acadêmicas, deixando de consultar o agricultor, o povo da floresta, o cidadão da rua.
- “Síndrome das Indulgências Verdes”, que está relacionada com a postura hipócrita de algumas empresas e profissionais que procuram aquele tipo de marketing verde preocupado apenas em limpar a imagem das empresas

predadoras, manipulando a opinião pública e propondo soluções cosméticas para graves problemas.

- “Síndrome da baleia encalhada”: está relacionada com a espetacularização da tragédia ambiental, com incursões no sensacionalismo e no inusitado, abordando os fatos de forma isolada de suas causas, numa perspectiva acrítica. Nessa forma, de noticiar os fatos ambientais, há preocupação somente em aumentar a audiência.

Relativamente ao jornalismo *on-line* ambiental, no princípio dos anos 2000, a jornalista Liana John (2004, p.79) fez a seguinte declaração: “ainda engatinha, mas já demonstra que pode crescer muito e merece a atenção de instituições governamentais e não governamentais”.

Ainda sobre o jornalismo ambiental apresentado em canal digital, a aludida jornalista não deixa de salientar que suas maiores qualidades são a agilidade, a abrangência, a replicabilidade e a permanência, isso sem contar que alguns tipos de reportagens apenas alcançam ser bem-sucedidas se desenvolvidos em ambiente virtual, como, por exemplo, o acompanhamento em tempo real de uma expedição científica.

Capitaneados por John (2004, p.80-86), serão feitos, a partir deste momento, comentários sobre essas quatro qualidades do jornalismo ambiental *on-line*, sobretudo, quando comparado a outras modalidades de jornalismo ambiental, como, por exemplo, o impresso e o televisivo.

Para começar, a agilidade não está atrelada somente à rapidez com que é possível veicular notícias nos sites. Trata-se de algo mais global, envolvendo vários aspectos da atividade jornalísticas, que o trabalho na internet pode agilizar de maneira sensível. Por exemplo, o uso de e-mails por meio dos quais se pode ter acesso mais agilmente às fontes de informação.

Da mesma forma, o acesso a arquivos e sites de consultas foi facilitado. O órgão de notícias pode colocar, também, as notícias e imagens informativas mais importantes em espaços do site que sejam de fácil acesso e que disponham de grande visibilidade.

No caso da imprensa ambiental, a reprodução de imagens é de vital relevância, entrando na categoria de informação e não de apenas ilustração. No meio virtual, o jornalista ambiental, pode publicar imagens de forma mais econômica usando o papel como canal.

No tocante à abrangência, no jornalismo ambiental *on-line*, pode-se obter e divulgar informações sobre as mais distantes localidades, que, no geral, ficam ausentes da mídia impressa.

Da mesma forma, as notícias podem chegar com mais facilidade e frequência a distantes regiões, onde jornais impressos não são disponíveis ou mesmo onde sinais de TV não são alcançados ou são apenas alcançados com muito custo.

Quanto à replicabilidade, é fato que o conteúdo do jornalismo ambiental virtual pode ser reproduzido e redistribuído – respeitando-se, para tanto, a legalidade - nos mais variados sites, tendo um grande poder de difusão e fazendo crescer exponencialmente o público de receptores.

Já no que diz respeito à permanência, o noticiário virtual está longe de poder ser considerado tão transitório como a folha de papel de um jornal físico convencional. Pelo contrário, ele permanece disponível para consulta duradoura, numa espécie de situação de arquivo bastante acessível.

3.3 A polêmica

Inicialmente, com base na teoria de Amossy (2017), em termos conceituais, a polêmica é definida como uma complexa interação verbal pública, de modalidade argumentativa, marcada por conflitos e controvérsias, que não levam necessariamente a um acordo entre os participantes dos debates.

Pelo contrário, as polêmicas conduzem ao dissenso e ao desacordo, que, na prática, significam falta de solução da discussão, sendo, por isso, que elas apenas conseguem sobreviver em realidades democráticas.

Se as polêmicas não apontam para acordos, nem por isso elas não precisam ser gestadas sob determinadas normas. São típicos da polêmica os seguintes

traços: ancoragem conflitual (dicotomização e polarização) e a desqualificação do outro (AMOSSY, 2017, p.52-67).

A dicotomização consiste numa exacerbação de oposições, ocorrendo quando se discutem duas teses antitéticas que se opõem radicalmente, anulando a possibilidade de conciliar as duas teses em conflito.

Já a polarização se processa no campo dos participantes do debate, estabelecendo oposição mais concreta entre um “nós” e um “eles”. O agrupamento e a comunhão identitária são facilitados porque o “nós” possui um inimigo comum: o “eles”. Na polêmica, a relação com o outro estrutura-se por meio da desqualificação, num tom de espetacularização, em que o auditório desse debate é quem deverá ser persuadido.

No caso da polêmica em estudo, os grupos a favor do campo de golfe olímpico bem como os grupos contrários à construção do campo são bastante heterogêneos e, por isso, resistentes à classificação.

No entanto, numa tentativa de sistematização básica e que corre o risco de ser algo simplista, afirma-se que os primeiros seriam, em parte, integrantes do governo municipal, estadual e federal; já no segundo grupo, estariam irmanados membros da oposição política aos governos constituídos e, sobretudo, associações ambientalistas organizadas e ainda pessoas sensíveis à causa ambiental. Também se inserem nesse grupo populares que colocam a questão do campo de golfe como mais um capítulo da difícil e cada vez mais necessária luta contra a corrupção.

Os grupos a favor do campo e contrário a ele vão protagonizar um duelo verbal que resiste até os dias atuais e que, ainda, não dão mostras certas de quando vão terminar. Há um processo sistemático de acusações de ambas as partes, que, muitas vezes, se intensificam, saindo dos limites do aceitável e do democrático. Quando isso ocorre, há o aparecimento de *fake News*, de argumentos *ad hominem* (atacar a pessoa no lugar de atacar a causa que ele defende), de invenções de toda forma.

Em 2009, na 121ª Sessão do Comitê Olímpico Internacional (COI), em Copenhague, na Dinamarca, ocorreu a eleição para escolha da sede dos Jogos Olímpicos de 2016. O Rio de Janeiro ganhou o certame. Dessa época em diante, o Brasil sediou vários outros megaeventos esportivos, como a Copa das

Confederações em 2013, a Copa do Mundo de Futebol em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos em 2016.

Especificamente, para ter o direito de sediar a olimpíada, o Rio de Janeiro concorreu com o Japão e os Estados Unidos da América, vencendo-os. Para essa Olimpíada, eram esperados mais de 10.500 atletas, vindos de 205 países, estando em disputa 42 espécies esportivas, dentre 306 modalidades de provas, distribuídas em 33 locais de competição, nos 04 grandes complexos esportivos, a saber: Barra, Deodoro, Copacabana e Maracanã (LUZ; LEITE; 2015, p.89).

Passado um ano da realização dos jogos, viria à tona a notícia de que a vitória da cidade do Rio de Janeiro teria ocorrido mediante pagamento de propina no valor de 2 milhões de dólares.

De acordo com as investigações noticiadas pela imprensa (NOGUEIRA, 2019), Carlos Nuzman, então Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, e o ex-Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, lideraram esquema para compra de votos de outras nações. Em seu depoimento para a Polícia Federal, no dia 04 de julho de 2019, Sérgio Cabral, por exemplo, confirmou que foram pagas propinas para o russo Alexander Popov e o ucraniano Sergei Bubka, dois ex-atletas olímpicos e também membros do COI para que votassem a favor da cidade do Rio de Janeiro.

Na Olimpíada do Rio, em 2016, uma curiosidade: o retorno do golfe, modalidade esportiva não praticada desde os Jogos Olímpicos de Sant Louis, nos Estados Unidos, em 1904. Vale especificar que, quando a cidade foi escolhida sede dos jogos, o golfe estava fora das competições olímpicas de modo que o Rio não tinha se preparado para o retorno do golfe, anunciado em 09/10/2009, uma semana depois de a cidade ter sido escolhida sede dos jogos de 2016.

A cidade, então, teve de se mobilizar para oferecer campo adequado para que o golfe fosse praticado, o que equivale a dizer com um terreno de grande extensão, ao ar livre, com lagos e outros requisitos encontrados num terreno destinado para prática desse esporte. Para as disputas de golfe, no Rio-16, que ocorreriam em 08 dias, participariam 60 atletas oriundos de 30 nações.

Embora na cidade do Rio de Janeiro já houvesse dois campos de golfe – Gávea e Itanhangá, inclusive com a aprovação do COI -, o comitê olímpico brasileiro

(COB), segundo se propaga, achou por bem construir um novo espaço para a prática do golfe nas olimpíadas.

Ocorre que o campo foi justamente construído numa área de proteção ambiental (APA), na Barra da Tijuca, o que, naturalmente, causou uma grande polêmica. A área era importante reduto de várias espécies ameaçadas de extinção como, por exemplo, o jacaré do papo amarelo, o lagartinho branco da praia e o falcão peregrino (LUZ; LEITE, 2015). Ver figura a seguir.



Figura 2 - Fonte: <https://www.hojeemdia.com.br/esportes/mais-esportes/crocodilos-s%C3%A3o-avistados-pr%C3%B3ximo-ao-campo-de-golf-da-olimp%C3%ADada-do-rio-1.325524>

Para além disso, o campo de 970 mil metros quadrados gerou muita controvérsia em sua implementação, já que se tratava de construção de custo elevado, estimada em mais de R\$60 milhões e realizada por empresa privada. De mais a mais, era um terreno particular, pertencente a um afamado grileiro da região, conhecido por possuir amplas áreas nos bairros mais nobres do município.

Não bastasse isso, o campo gerou intensos debates por ter sido construído justamente em área próxima à Lagoa de Marapendi, que possui mangues, pântanos, bancos de areia que fazem parte da reserva. Estes mangues dão acesso direto à Praia da Barra da Tijuca. No local, há cerca de 300 espécies animais catalogadas, destacando-se as garças, capivaras, bichos-preguiça, entre outras espécies, algumas das quais em perigo real de extinção (LUZ; LEITE, 2015).

Mesmo após realizados os jogos olímpicos, o campo de golfe prosseguiu suscitando polêmica, reacendida, segundo Altino (2017), todas as vezes em que algum político ou dirigente esportivo relacionado ao fato retornava à mídia, acusado

de alguma irregularidade, improbidade ou corrupção. Em 2017, um ano depois de seu término, ainda havia grupos de ativistas e ambientalistas engajados no caso, cogitando em realizar manifestações com o objetivo de que a área voltasse a ser uma zona de proteção ambiental.

Segundo se noticiou na época, o Comitê Olímpico Internacional (COI) e a Federação Internacional de Golfe (FIG) não teriam aprovado os campos de golfe já existentes no Rio de Janeiro, pois lhe faltariam condições mínimas para a realização das partidas.

Essa explicação foi rejeitada, no entanto, pelos responsáveis dos campos supostamente desaprovados, uma vez que, conforme afirmaram, em nenhum momento, eles receberam vistorias técnicas da parte de órgãos oficiais, seja das olimpíadas, seja da prefeitura do Rio.

Para além disso, foi divulgado na imprensa que o próprio presidente do Comitê Olímpico Internacional, Thomas Bach, se mostrou surpreso com o posicionamento do prefeito Eduardo Paes, que declarou seu desconforto em ter de construir um novo campo de golfe para Olimpíada de 2016. A surpresa de Bach vem por conta de que, segundo o presidente do COI, o prefeito chegou mesmo a se esforçar pessoalmente para que a obra fosse feita na cidade. (KONCHINSKI, 2015).

Somente após muita contestação pública, de movimentos de pressão, ambientalistas, ONGs, população e imprensa, a prefeitura do Rio elaborou documento com vistas a esclarecer tecnicamente a escolha de construir um novo campo de golfe, destacando pontos que apoiaram a decisão. Trata-se do texto *Explicando O Campo de Golfe*, de autoria institucional da Prefeitura do Rio de Janeiro (2015)

O documento de 276 páginas é fortemente ilustrado com fotos, mapas e gráficos, divulgando argumentos a favor da construção do campo baseados em números e estatísticas. Apesar de técnico, não deixa de ser didático. Em linhas gerais, o discurso municipal oficial é de que a construção é legal, ética, viável e sustentável, e de que o Rio de Janeiro ganhará com o campo de golfe em vários sentidos, inclusive considerando os benefícios que surgirão no futuro.

O início do referido documento da Prefeitura do Rio relata que, em maio de 2011, foram realizadas visitas técnicas pela Federação Internacional de Golfe (FIG) nos possíveis locais de competição, a saber: no Reserva Uno Golf e no Itanhangá. O

Gávea Golf Club nem chegou a ser vistoriado, pois foi considerado inviável, por, entre outros motivos, não possuir as dimensões espaciais mínimas.

Em vista disso, a Prefeitura do Rio informou que o estudo técnico da Federação Internacional de Golfe concluiu não se justificar o uso do campo de golfe do Itanhangá, pois a adequação seria quase tão custosa quanto a construção de novo campo, além de não resultar em legado para a cidade sede, definindo que o terreno do Reserva Uno, uma APA, seria o local indicado para abrigar as partidas de golfe. O documento foi assinado por Arthur Carlos Nuzman, Presidente do Comitê Organizador Jogos Olímpicos Rio 2016.

No seguimento a muita luta judicial e ambiental conforme se tem acompanhado, a Câmara de Vereadores da cidade do Rio de Janeiro finalmente aprovou a debatida e controversa licença ambiental à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, em 2012, com a finalidade de desapropriar parcela da vegetação da Mata Atlântica do Parque de Marapendi.

A parte substancial da polêmica, conforme mostram Luz e Leite (2015), reside, acima de tudo, nessa alteração das delimitações da Área de Preservação Ambiental (APA) do Parque Natural Municipal de Marapendi, reduto da Mata Atlântica, por intermédio da Lei Complementar Municipal (LCM) n.125, de 14 de janeiro de 2013, o que favoreceu a construção do campo de golfe. Em resumo: a área da APA foi reduzida, possibilitando a construção do campo de golfe olímpico.

Área demarcada para construção do Campo de Golfe Olímpico. Ver figura a seguir.



Figura 3 – Fonte: <https://rioonwatch.org.br/?p=12232>

Tal estado de coisas foi amplamente denunciado por movimentos sociais como, por exemplo, o “O Golfe para Quem?” e o “Oculpa Golfe”. Nessa mesma linha, o Ministério Público do Rio de Janeiro ajuizou Ação Cível pública (ACP),

processo n.0273069-88.2014.8.19.0001, em face do Município do Rio de Janeiro e da Fiori Empreendimentos Imobiliários Ltda., exigindo deles a recuperação dos danos ambientais em virtude das irregularidades na área de APA. (LUZ; LEITE, 2015).

Luz e Leite (2015), do ângulo jurídico, acentuam que o que tornou possível a construção emergencial do campo de golfe foi uma manobra que procurou ressaltar que a realização de um megaevento como os jogos olímpicos era motivo suficiente para legitimar certas suspensões de direitos, criando, por assim dizer, um estado de exceção.

Os direitos que são suspensos são impossíveis de serem mensurados em cifras, como um meio ambiente saudável e a proteção da Mata Atlântica. Mesmo diante de proteção constitucional e legal que visam à proteção do meio ambiente, os megaeventos tornaram-se o estado da necessidade, isto é, a justificativa legal para um novo estado de exceção para megaeventos (LUZ; LEITE, 2015).

Em termos exemplarmente didáticos, Luz e Leite (2015) alcançam caracterizar o cerne do estado de exceção relativo ao episódio do campo de golfe olímpico do Rio de Janeiro, lançando luz, ao mesmo tempo, na gênese da polêmica de que esta dissertação vem tratando:

O caso do campo de Golfe da cidade do Rio de Janeiro retrata exatamente o oposto do que caminha o Direito Internacional Ambiental, configurando verdadeiro estado de exceção normativo. Por intermédio de legislação, a Reserva de Marapendi foi inscrita como área de preservação ambiental e com faixa de preservação permanente, porém o rebaixamento da proteção ambiental decorreu de outra lei, objetivando permitir a desconfiguração da área para dar lugar ao Campo Olímpico de Golfe. Com efeito, a Reserva de Marapendi não foi caracterizada ao patamar de APA em virtude exclusivamente da lei, mas pelo reconhecimento técnico e científico de que sua salvaguarda contribuiria para o desenvolvimento e progresso humano. Assim, torna-se inviável a remoção da blindagem jurídica reconhecida anteriormente em face dos fundamentos que se encontram cobertos pelo ato legal que atribuiu à Reserva a qualidade de área de preservação. Nesse compasso, é associada à Olimpíada a ideia de estado de exceção, no momento que ao menos uma de suas obras, nomeadamente, o Campo de Golfe, rompe com a ideia do princípio de vedação ao retrocesso ambiental. O *cliquet anti-retour* traz consigo a ideia de que ao regulamentar matérias ambientais, o legislador não teria a possibilidade de reduzir o espectro de proteção em virtude de uma “trava” estabelecida pela própria sistemática *sui generis* dispensada ao tratamento jurídico do meio ambiente. As alternativas existentes seriam de permanecer no patamar já alcançado ou prosseguir adiante, buscando cada vez mais impedir a degradação ou esgotamento dos recursos naturais. Desta forma, alterações que conduzam a uma diminuição da proteção ambiental constituem um atentado ao propósito inicial dos textos jurídicos. Não podem ser admissíveis normas que suprimam áreas ambientalmente protegidas em nome de negociações, claras ou dissimuladas, tidas por superiores aos interesses ligados à defesa do meio ambiente. A ocorrência de megaeventos e uma arquitetura jurídica especialmente constituída para dar suporte a eles, como tem ocorrido com a Rio-2016, permitem que fatores atípicos

sejam incorporados ao ordenamento, e que a exemplo da vedação ao retrocesso ambiental, são suplantados por um estado de exceção.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A Polêmica nos jornais *on-line*

A polêmica do campo de golfe pode ser adequadamente caracterizada em termos comunicacionais pelo pensamento de Amossy (2017). É inegável que se pode considerar o debate sobre o campo de golfe como gerador de desacordo até hoje. Isto é, os aspectos debatidos publicamente, por si só, não resultaram em evidências indiscutíveis ou em fatos científicos, mas em opiniões de ordem pessoal, que, até o momento presente, configuram um conflito de percepções e de valores ideológicos.

Os debatedores não compartilham dos mesmos valores, tampouco da mesma visão de mundo e ideologia partidária, daí que interpretam determinados conceitos-chave da discussão de maneira diversa, como, por exemplo, o que é realizar uma olimpíada sustentável, o que é legado olímpico, o que é desenvolvimento racional, o que é público e privado. Mesmo o entendimento da lei e sua aplicação no caso do campo de golfe são diversos entre os contendores.

Dado esse quadro, somado ao cenário de binarismo político que então já se desenhava no Brasil, as opiniões contrárias naturalmente se exacerbaram a ponto de se tornarem inconciliáveis. Tal dicotomização concretizou-se na polarização de grupos sociais, passível de ser esquematizada da seguinte forma: os ambientalistas e simpatizantes da causa ambiental *versus* aqueles que julgam exagerados os cuidados ambientais, preocupando-se, antes de tudo, com o sucesso comercial das olimpíadas.

Cada grupo encarregava-se, entre outras ações, de desqualificar o outro ao longo desse processo de ideias dicotomizadas. Se os primeiros eram eventualmente rechaçados como esquerdopatas, *hippies* ou sonhadores, os segundos eram tidos como capitalistas selvagens, privatizadores e pragmáticos cegos.

É desnecessário dizer o quanto essa visão esquemática é redutora e simplificadora da complexidade de interesses que atuavam e que continuam atuando nas entrelinhas desse embate.

O estabelecimento da polêmica já é atestado pela própria manchete de uma matéria divulgada pelo “Caderno de Esportes” da versão *on-line* da *Folha de São*

Paulo, do dia 10/04/2016⁶, que afirma o seguinte: “Em área de preservação ambiental, campo de golfe olímpico gera polêmica”.

No início do corpo da matéria, pode-se ler isto:

Muitos bichos, brisa marinha e verde na paisagem. O lugar cênico que vai receber os jogos de golfe na Olimpíada, rendeu bastante polêmica. Houve muita pressão até que o projeto ficasse pronto. Os ambientalistas continuam sendo contra a iniciativa,

O primeiro período do trecho é constituído por um enunciado nominal, ou seja, no qual não aparecem verbos. O efeito de sentido buscado pelo jornalista com essa estratégia linguística foi o de sugerir uma paisagem natural, com fauna e flora convivendo ainda bem no espaço destinados aos futuros jogos de golfe da olimpíada. A imagem da paisagem, até certo ponto ainda edênica, leva o leitor a imaginar como será o local quando as partidas já estiverem sendo efetivamente jogadas.

Possivelmente, haverá ruptura mais aguda em relação a esse estado inicial de ainda relativo equilíbrio. Sem equilíbrio, surge mais vigorosa a polêmica, que opõe, de um lado, os ambientalistas e, de outro, os favoráveis ou os indiferentes a que os jogos de golfe sejam, nas olimpíadas, praticados nesse novo local, até, então, uma área de proteção ambiental (APA).

Essa oposição é o que podemos chamar de polarização. A matéria, também, concede voz à prefeitura do Rio de Janeiro, que busca se defender alegando que a construção do campo de golfe numa área de proteção ambiental foi movida justamente pelo interesse de facilitar a recuperação da área, que já se encontrava, naquela altura, devastada, muito por conta da extração de areia que se praticava lá. Por sinal, segundo ela, houve o replantio de árvores e espécie nativas da região.

Conforme se percebe, o jornal retrata o embate entre os ambientalistas e os governantes. Os primeiros tentam caracterizar o episódio como um contrassenso, ao passo que os segundos tentam se defender sugerindo que sua ação não é, nem de longe, nociva à área de proteção ambiental, mas, pelo contrário, uma defesa, ainda que pouco compreendida pela opinião pública.

⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/esporte/olimpiada-no-rio/2016/04/1759324-em-area-de-preservacao-ambiental-campo-de-golfe-olimpico-gera-polemica.shtml>

Para além desse fator, a matéria da *Folha de S. Paulo* salienta que outro foco de polêmica reside no fato de o empreendimento do campo ser privado e, igualmente, no fato de a construtora ter obtido na negociação um privilégio, a saber: poder construir prédios mais altos do que o costumeiramente permitido nos terrenos vizinhos à área.

No cômputo geral, a matéria da *Folha* tratou com certa isenção a polêmica, apresentando, tanto quanto possível, as razões de ambos os lados. O jornal procurou evidenciar que adota tom neutro, acolhendo objetividade e uma posição descritiva, mais distante possível da passionalidade ou do denunciamento político-partidário.

A despeito disso, uma manifestação mais sensível de juízos de valor parciais está no primeiro parágrafo da matéria, haja vista que, ao caracterizar a área do campo de golfe com traços ainda edênicos, o jornalista estabelece um binarismo entre o antes e o depois da construção do empreendimento.

A próxima matéria a ser comentada é a do *Jornal Extra*, versão on-line, publicado no dia 20/ 07/16⁷. O texto - assinado pelo jornalista Pedro Fonseca e com informações advindas da agência Reuters - apresenta o seguinte título: “Sem principais golfistas e com polêmica sobre campo, volta do golfe aos Jogos é marcada por discórdias”.

De início, interessa destacar, à semelhança do exemplo anterior, a presença do vocábulo “polêmica”, reforçado pela palavra “discórdia”. Assim, a caracterização de polêmica aos debates suscitados pelo campo de golfe olímpico também, em parte, é construção discursiva da imprensa.

Para contextualizar a matéria, os três primeiros parágrafos do texto são destinados a um resumo, diga-se de passagem, esclarecedor da gênese da polêmica, dando ao texto uma função igualmente didática.

Para recepcionar a volta do golfe às Olimpíadas após 112 anos, o Rio de Janeiro construiu um campo com a promessa de oferecer o que há de melhor aos astros de um dos esportes mais elitistas do mundo, mas em vez de tacadas “hole in one” terá pela frente a ausência dos principais golfistas e uma batalha judicial por acusações de dano ambiental e outras irregularidades.

⁷ <https://extra.globo.com/noticias/economia/sem-principais-golfistas-com-polemica-sobre-campo-volta-do-golfe-aos-jogos-marcada-por-discordias-19751307.html>)

O retorno do golfe foi decidido pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) em 2009, na mesma reunião que escolheu o Rio como sede dos Jogos deste ano, impondo aos organizadores a necessidade de disponibilizar um campo de 18 buracos para a competição pela primeira vez desde os Jogos de St. Louis 1904.

A intenção era levar à Olimpíada o glamour do esporte, que acabou se tornando mais um motivo de polêmica em Jogos já marcados por crises que vão da poluição na Baía de Guanabara ao medo de contaminação pelo Zika vírus.

O termo “polêmica”, novamente, aparece a fim de caracterizar a crise deflagrada pela construção do campo de golfe numa área de proteção ambiental. À primeira vista, esses excertos parecem distanciados de qualquer julgamento de valor, sendo capitaneados pela neutralidade.

No entanto, não é isso que exatamente se verifica, uma vez que o trecho é perpassado por leve ironia, que se deixa perceber nos seguintes pontos: esperava-se que o retorno do golfe conferisse glamour aos jogos olímpicos, mas, na prática, esse esporte encabeçou uma polêmica muito pouco glamourosa.

Ironicamente, a volta sem glamour do golfe insere-se numa realidade desprovida de encanto e de charme, que é bem mais ampla, na qual têm lugar a poluição da baía da Guanabara e a ameaça do Zika vírus.

Como se depreende até agora, o episódio do campo de golfe é usado, também, pelos jornalistas para criticar a falta de organização da olimpíada da cidade do Rio de Janeiro e, também, para denunciar as falhas do poder público no Brasil.

A matéria do *Extra* faz questão de apresentar todas as outras irregularidades envolvidas no episódio, como, por exemplo, o fato de a construção da obra ter sido possível em virtude de alteração da legislação urbanística da área, o que terminou por privilegiar os investidores privados que bancaram os custos do campo, estimados em 60 milhões de reais. Em função de tal fato, o Ministério Público acionou a Justiça contra o projeto.

Com vistas a dar maior lastro ao teor de crítica da matéria que assina, Pedro Fonseca transcreve as palavras de Marcus Leal, que esteve à frente de uma ação civil pública com o objetivo de anular a licença ambiental ao projeto do campo de golfe.

Lamento profundamente que aquele espaço destinado à conservação tenha sido objeto de transformação tendo como objetivo os Jogos Olímpicos, e agora se vê uma

dupla derrota para a cidade, esportiva e ambiental", disse à Reuters o promotor Marcus Leal, coordenador do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente do Ministério Público estadual do Rio de Janeiro.

Não há como deixar de negar que a transcrição da opinião de Marcus Leal imprime à matéria certa tonalidade patética, que caminha no sentido de atuar na emoção dos leitores, tentando persuadi-los afetivamente a respeito do duplo fracasso para o Rio de Janeiro, isto é, o fracasso ambiental e o fracasso esportivo. O adjetivo "patético" aqui não possui valor depreciativo. Trata-se, pelo contrário, de um termo técnico da Retórica e, mais modernamente, da Análise do Discurso, que se refere à persuasão provocada pelas emoções e sentimentos e não pela razão (AMOSSY, 2018).

No tocante ao último aspecto, o jornalista lembra que vários golfistas de fama mundial desistiram de participar dos jogos no Rio de 2016 em virtude de cuidados com a saúde, especialmente, para se protegerem de uma eventual contaminação pelo Zika Vírus.

A matéria prossegue com teor crítico na medida em que se concentra na apresentação dos problemas e das irregularidades ligadas ao campo de golfe olímpico.

Nesse sentido, há referência a um movimento chamado "Golfe para Quem?", que busca esclarecer os problemas desse acontecimento e tentar reverter as evidentes ameaças sociais e ambientais do empreendimento

O *Extra*, em sua reportagem, dá a oportunidade para que a parte contrária se manifeste acerca de tais questões. A voz, então, é cedida à prefeitura do Rio de Janeiro, que defende a construção do campo de golfe, justificando o projeto por meio de supostas vantagens econômicas e ambientais que ele proporcionaria a toda a população. Eis os argumentos da prefeitura, retrabalhados pelo jornalista:

A Prefeitura do Rio defende com firmeza a construção do novo campo de golfe, apontando benefícios econômicos e ambientais com o projeto. Segundo o município, um estudo técnico da Federação Internacional de Golfe (IGF) realizado em 2011 sugeriu que a melhor alternativa esportiva e técnica seria construir o novo campo no local onde de fato foi feito, uma vez que o custo seria praticamente o mesmo de fazer as reformas no Itanhangá Golf Club - com o benefício de que o novo ficaria como um legado público. Quanto à questão ambiental, a prefeitura criou um novo parque contíguo ao que foi invadido pelo campo de golfe com uma área de 1,6 milhão de metros quadrados, como forma de compensação pelos 58 mil metros quadrados perdidos com a construção do campo. Depois dos Jogos, o local será público por 20 anos, sob administração da Confederação Brasileira de Golfe (CBG), que montará

uma academia de alto rendimento e para golfistas juvenis, além de usar a instalação como sede nacional de um projeto que visa popularizar o esporte no país.

Em linhas fundamentais, a matéria do jornal *Extra* conferiu espaço semelhante tanto aos detratores do campo de golfe, como aos defensores. Em geral, os dois lados apresentaram – mediados evidentemente pelo discurso do jornalista - argumentos técnicos e provas racionais para defenderem suas teses.

A despeito disso, consoante observado, argumento patético apareceu na reprodução da fala de Marcus Leal. No que diz respeito ao título da matéria, ele é levemente a favor dos detratores do campo de golfe, haja vista que o jornalista preferiu, entre outras posturas possíveis, acentuar os pontos negativos do torneio de golfe, como a ausência de grandes e afamados competidores e o sentimento de discórdia que o envolve.

A próxima matéria jornalística a ser objeto de cuidados foi veiculada, em 02/06/2017, na versão on-line da revista *Veja Rio* e assinada pela jornalista Daniela Pessoa⁸. A notícia – pós-jogos olímpicos - tem o seguinte título: “Cercado de polêmica, campo de golfe olímpico vira oásis verde na Barra”.

De início, já se nota no título a referência à polêmica, o que deixa muito evidente que o conflito, a discordância e o dissenso foram elementos frequentemente associados ao episódio do campo de golfe. Ainda sobre o título, importa salientar a presença de um elemento eufórico, que é a menção a “oásis verde”, que estaria, assim, equilibrando o aspecto negativo da palavra polêmica, anteriormente apresentada.

No texto noticioso, Daniela Pessoa, inicialmente, recupera uma série de problemas surgidos no decorrer da construção do campo de golfe. Com efeito, reporta-se às “famosas” capivaras, aos jacarés, às preguiças, às cobras e aos pássaros, que, não raro, eram vistos no campo de golfe olímpico; também faz referências às placas espalhadas pelo gramado alertando sobre um possível e

⁸ <https://vejario.abril.com.br/cidades/cercado-de-polemica-campo-de-golfe-olimpico-vira-oasis-verde-na-barra/>

inesperado encontro entre os bichos e os atletas mais desavisados. Ver figuras a seguir.



Figura 4 – Fonte:<http://globoesporte.globo.com/olimpiadas/golfe/noticia/2016/08/com-jiboias-e-jacares-na-torcida-golfe-inicia-disputa-nesta-quinta-feira.html>



Figura 5 - Fonte:<https://www.terra.com.br/esportes/jogos-olimpicos/2016/a-triste-historia-por-tras-das-visitas-de-animais-a-instalacoes-olimpicas-no-io,b61868b8f72f69def89906c950503486n3vp20ff.html>

Em seguida a isso, há a presença de vários parágrafos, acentuando aspectos positivos do campo de golfe olímpico. O primeiro deles é que o campo será o palco da 63ª edição do Aberto do Brasil, um dos “mais importantes torneios do continente”. Ainda no entendimento da jornalista, o campo de golfe foi

Concebido inicialmente pelo arquiteto americano Gilbert Hanse, referência no setor, com dezoito buracos e dois lagos artificiais, o projeto original do campo de golfe foi reformulado e adaptado de forma a seguir os parâmetros ecológicos. Tal tarefa coube a um time formado por sessenta especialistas, com vasta experiência em restauração ambiental, que também tem no currículo as obras do Parque Olímpico, do novo Elevado do Joá e da Ecorrodovia RJ 165, construída para ligar as cidades de Paraty e Cunha. No lugar, com 1 milhão de metros quadrados, dos quais 58 000 estão dentro do Parque de Marapendi, os profissionais plantaram 35 espécies nativas — seis delas ameaçadas de extinção —, totalizando 900 000 mudas. As sementes foram cultivadas com adubo natural e sem agrotóxicos. Uma grama especial, vinda do Texas, nos Estados Unidos, foi usada na área de competição. Tolerante à seca, ela consome até 40% menos água, economizando na irrigação, feita a partir de aquíferos naturais. O oásis verdejante recriado na Barra permitiu, por fim, o resgate da fauna local, atraída pelo aumento de 167% da cobertura vegetal da região. Passaram a dar o ar da graça, por ali, até mesmo animais ameaçados de extinção no estado, como a rara borboleta-da-praia (veja o quadro). “Foi o maior programa de recuperação de vegetação de restinga já realizado no país”, afirma o secretário municipal de Meio Ambiente, Carlos Alberto Muniz. Reconhecido como um dos melhores do mundo, o campo carioca recebeu da revista americana *Golf Digest*, a mais importante do segmento, o prêmio anual *Green Star Award* 2016. Pela primeira vez, um campo fora dos Estados Unidos conquistou a premiação, que avalia o cuidado ecológico no projeto

Em que pese o desenvolvimento do texto ter sido, visivelmente, favorável ao campo de Golfe, a jornalista, no final da notícia, apresentou, resumidamente, os argumentos empregados pelo Ministério Público e pelos ambientalistas contrários à ideia e à construção do campo. Essa pequena alteração de tom é articulada pelo elemento coesivo “ainda assim”, que estabelece entre os enunciados uma relação semântica de concessão.

Ainda assim, o empreendimento continua sob fogo cerrado dos ativistas, contrários à instalação. Eles criticam o fato de a obra ter sido feita em um trecho da Área de Preservação Ambiental (APA) de Marapendi e por envolver também a construção de um luxuoso condomínio de edifícios residenciais dentro do complexo. A instalação do gramado e sua licença ambiental também são questionadas pelo Ministério Público Estadual, que move uma ação civil pública contra a construtora do empreendimento e a prefeitura.

À apresentação do arrazoado dos contrários ao golfe, segue, numa espécie de balanço conclusivo da jornalista, a apresentação de um argumento de autoridade, que, no caso, é a opinião do professor e geógrafo Marcos Freitas sobre o assunto em discussão, e que conclui a favor do campo de golfe.

Torna-se útil não perder de vista que o argumento de autoridade consiste em empregar, persuasivamente, o peso da autoridade de um especialista em determinada área para conferir lastro às nossas opiniões. Com isso, busca-se, de forma retórica, fazer crer que a opinião subjetiva apresentada é, na verdade, um fato objetivo, tendo em vista o significativo apoio que ela tem de respeitadas sumidades no assunto. Eis o final da notícia da *Veja Rio*:

No entanto, para o professor e geógrafo Marcos Freitas, do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais, da Coppe UFRJ, trata-se de uma iniciativa bem-sucedida. “Às vezes é preciso ter a presença de uma atividade econômica para ajudar na preservação da natureza”, avalia. “É melhor regularizar a ocupação do que ter um parque abandonado como o Chico Mendes, no Recreio” Cabe agora à Confederação Brasileira de Golfe, responsável pelo local nos próximos dez anos, cuidar dessa nova área verde da cidade, aberta ao público.

Em direção contrária aos dois textos jornalísticos anteriores, na notícia de Daniela Pessoa, a ideação e a construção do campo de golfe – mesmo localizado em área de proteção ambiental - são abordadas positivamente. Ainda que a jornalista tenha ciência de que o assunto comporta mais de um ponto de vista, ou seja, embora ela saiba que se trata de uma polêmica, mesmo assim, ela elege o partido dos que celebram a experiência positiva do campo de golfe.

Nesse quadro, os argumentos dos que pensam nessa linha podem ser simbolizados pelas concepções do citado geógrafo Marcos Freitas, para quem, ao que parece, é melhor regularizar o errado, se este errado estiver dando certo.

Tal maneira de raciocinar, de maneira interdiscursiva - isto é, com discurso que recupera discursos mais antigos -, não deixa de pagar tributo ao famoso “jeitinho brasileiro”, na medida em que ilustra, em certa escala, o pensamento segundo o qual os fins justificam os meios. Em última análise, se poderia questionar, usando da analogia, se as várias pessoas que cometeram irregularidades seriam, igualmente, perdoadas.

Também não passe despercebida a menção do geógrafo para o possível casamento entre economia e preservação da natureza. Nessa ordem de ideias, resta pensar que o texto da *Veja Rio* pode significar, igualmente, apoio velado ou mesmo inconsciente ao neoliberalismo e à ideia de uma relativização da moral nos assuntos em que o dinheiro entra poderosamente ou messianicamente no jogo. Em

outros termos: se o dinheiro pode salvar tudo, então, se deve perdoar os “pecados” do dinheiro?

“Construção do campo de golfe vira polêmica, alvo do MP e de ativistas”⁹ é o título da matéria assinada por Sílvio Barsetti e veiculada, em 24 de março de 2015, pela versão on-line do periódico *O Estado de São Paulo*.

A matéria é de considerável extensão em relação às outras reportagens até então aqui arroladas, sendo ilustrada por uma foto de ativistas protestando em frente à área que receberia a disputa das partidas de golfe olímpico.

Como é frequente de ocorrer nas notícias sobre o episódio, o termo “polêmica” tem presença garantida no corpo da mensagem jornalística, conforme se vê neste enunciado: “Depois de 112 anos, o golfe volta à Olimpíada e já tem lugar assegurado entre as principais polêmicas dos jogos de 2016”

No princípio da matéria, o jornalista busca apresentar, da maneira mais objetiva possível, uma contextualização dos fatos, explicando a gênese da polêmica, que reside na doação por parte da Prefeitura do Rio de Janeiro de um terreno de preservação ambiental para a construção do campo de golfe.

A empresa de empreendimentos responsável pelo campo ainda terá o direito adicional à exploração comercial da parte do terreno. Para efetivar o projeto, houve necessidade de mudança no zoneamento. Em virtude disso e conforme ampla divulgação, o Ministério Público do Estado ajuizou duas ações questionando a transação e solicitando a paralisação das obras. Eis o que relata o jornalista sobre isso:

O MP vê irregularidades na concessão da licença ambiental para o campo de golfe olímpico e alega que o estudo técnico foi indevido. Na primeira das ações, ressalta que é preciso impedir a remoção de vegetação nativa e da fauna, a criação de lagos artificiais e o “prosseguimento de toda e qualquer obra de construção das edificações previstas” para o local.

A matéria continua listando as manifestações contra o campo de golfe, de tal forma que parece querer mostrar que a denúncia vai muito além daquela perpetrada pelo Ministério Público, abarcando, por conseguinte, toda a sociedade civil. São

⁹ <http://esportes.estadao.com.br/noticias/jogos-olimpicos,construcao-do-campo-de-golfe-vira-polemica-alvo-do-mp-e-de-ativistas,1656375>

ativistas, estudantes universitários, que contabilizam quase 10.000 simpatizantes distribuídos pelas redes sociais. Uma das críticas mais presentes do movimento é explicitada pela matéria de *O Estado de São Paulo*, na versão on-line, da seguinte maneira:

Uma das queixas dos que contestam a solução da prefeitura do Rio diz respeito ao não aproveitamento do campo de um dos clubes mais bem cotados de golfe da América Latina: o Itanhangá Golf Club. Em carta que veio a público ano passado, o presidente do IGC, Alberto Fajerman, revelou que jamais tinha sido procurado pela organização dos Jogos para avaliar a possibilidade de seu clube sediar competições durante a Olimpíada. Ele enfatizou que o local poderia se adequar e atender as exigências do Comitê Olímpico Internacional (COI).

A matéria, buscando se pautar pelos padrões do jornalismo profissional, ouve a outra parte sobre o assunto em discussão. Com efeito, o presidente da Empresa Olímpica Municipal (EOM), Joaquim Carvalho, afastada a possibilidade aventada de usar o Itanhangá, porque se trata de área privada, que não deveria receber recursos públicos.

De mais a mais, o presidente acrescenta que o Itanhangá não tem condições de abrigar 20 mil pessoas. E conclui o tópico enfatizando dois aspectos, a saber: que o campo de golfe olímpico será revitalizado e que a fauna e a flora do local não serão prejudicadas com a construção do campo e dos prédios; que a água consumida para a irrigação do campo não é água para consumo humano.

A outra ação do Ministério Público visa investigar se Eduardo Paes, então prefeito do município do Rio de Janeiro, cometeu ou não ato de improbidade administrativa, no acordo com a Fiori Empreendimentos para a construção do campo de golfe. O final da reportagem – composto de dois parágrafos - é antecedido pelo subtítulo mal-estar e consta das seguintes informações:

MAL-ESTAR

No fim de fevereiro, em conversa informal com repórteres, Paes comentou que “não teria feito este campo de golfe nunca” se dependesse dele e acrescentou que só deu continuidade ao projeto porque “todos os pareceres” indicavam que os demais campos existentes no Rio – além do Itanhangá, o do Gávea Golf – não serviam para os Jogos. Durante um encontro com universitários no Rio, o presidente do COI, Tomas Bach, apresentou outra versão sobre a escolha e disse que Eduardo Paes “pressionou muito pela construção desse campo”. Sobre a denúncia de desrespeito ambiental, a Fiori sustenta que “é mera executora do projeto” concebido pelo Comitê Rio-2016 e nega eventual prejuízo à fauna e flora. O Rio-2016, de acordo com seu diretor de Comunicação, Mario Andrada, afirma que o “ganho ambiental” na área “é um sucesso” e que a cidade será agraciada “com o melhor campo esportivo público do Brasil”.

A matéria concentra-se no relato daquilo que bem poderia se chamar de imbróglio do caso do campo de golfe. O jornalista dá mostras de desejar acentuar o território de ninguém em que se transformou a construção do campo de golfe olímpico. Prova disso é o prefeito Eduardo Paes, em conversa informal, dizendo-se arrependido da construção.

Nesse caso, o binômio FORMAL *versus* INFORMAL é revelador do SER *versus* PARECER característico da política brasileira e de nossos políticos. O jogo do formal e do informal esconde, quanto ao mais, uma incompetência e uma negligência no tratamento da coisa pública, que é gerida, ao fim e ao cabo, ao acaso, pelo interesse meramente individual, pela transferência quase infantil de responsabilidades.

A matéria de *O Estado de São Paulo* busca, pois, pintar um quadro negativo dos negócios que envolveram a construção do campo de golfe olímpico. Os fatos, os testemunhos, os relatos, as entrevistas, foram organizadas de uma tal maneira a criar para o leitor um efeito de sentido de confusão, de falta de direção e de ingerência. Vale destacar que a sensação de desordem advém da composição da matéria e não exatamente do posicionamento explícito ou dos comentários do jornalista.

A penúltima reportagem a ser considerada para efeito desta dissertação foi veiculada pela versão eletrônica da *Folha de S. Paulo*¹⁰ no dia 23/08/2014, sendo de autoria do jornalista Vinícius Konchinski, e aparecendo sob o título “Na Mira da Justiça, campo de Golfe do Rio-16 enfrenta nova Polêmica”.

O jornalista apressa-se em salientar que, embora existam muitos problemas relativos à Olimpíadas, o mais expressivo deles é aquele que diz respeito ao à questão do campo de golfe olímpico. Na realidade, Konchinski faz questão de se referir ao problema do campo de golfe pelo termo “polêmicas”, expresso exatamente assim, no plural.

Dessa verdadeira cadeia de polêmicas, a última, ainda segundo a ótica do jornalista, seria a ação que o Ministério Público do Rio de Janeiro (MP-RJ) interpôs,

¹⁰ <https://esporte.uol.com.br/rio-2016/ultimas-noticias/2014/08/24/campo-de-golfe-da-rio-2016-entra-na-mira-da-justica-e-nova-polemica.htm>

buscando dessa maneira caçar a licença ambiental das obras do campo de golfe.

Para Kochinski:

O MP-RJ (Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro), por exemplo, entrou neste mês com uma ação da Justiça pedindo a cassação da licença ambiental da obra do campo. Na ação, o MP-RJ aponta que o projeto do campo não foi avaliado em estudos ambientais e, por isso, coloca em risco fauna e flora. Vale lembrar que o campo de golfe ocupará parte de uma área de preservação ambiental na Barra.

No seguimento da reportagem, o jornalista apresenta de forma esquemática e didática as cinco outras polêmicas que, a seu juízo, estariam intimamente relacionados com o episódio geral do campo de golfe olímpico.

São elas:

- O Rio de Janeiro precisava de um novo campo de golfe?
- A Lei que possibilitou a obra do campo de golfe é contestada.
- De quem é a área do campo de golfe?
- O Ministério Público pede a paralização da obra.
- Quem vai usar o campo de golfe depois do Rio-2016?

Depois da enumeração desses cinco tópicos seguidos de breves comentários a cada um deles, a reportagem abruptamente é finalizada, sem que se possa, entretanto, ter acesso completo ao raciocínio mais aprofundado e juízos de valores críticos do jornalista, a quem, intuitivamente, gostaríamos de prosseguir lendo e, por conseguinte, adentrar na sua opinião.

Sobre esta reportagem, duas observações precisam ser realizadas à luz das interpretações que vêm sendo feitas das outras reportagens.

Em primeiro lugar, trata-se do texto jornalístico que, até esta altura, melhor caracterizou o caráter polêmico do campo de golfe olímpico, deixando manifesto que a respeito desse evento restam muitas perguntas em aberto, a respeito das quais emitem opiniões pessoas de pensamentos diferentes, gerando controvérsias que não dão mostras, nem de longe, de estarem em processo de finalização próxima.

Em segundo lugar, nota-se algo que está presente, igualmente, nos textos anteriores comentados. Ainda que o aspecto criminoso ou irregular de alguns pontos da construção do campo de golfe seja quase evidente, caminhando na direção do irrefutável, a atitude do jornal e do jornalista parecem, estranhamente, não traduzir a gravidade completa da situação.

Salvo uma ou outra exceção, não há nos discursos dos jornalistas o tom de indignação e revolta que tanto se esperava deles. Quanto ao mais, os textos não procuram atuar de forma engajadamente investigativa, numa busca incansável, sistemática e crítica pela verdade dos fatos, atitude que tantas vezes se viu, na própria *Folha de S. Paulo*, em relação a episódios reconhecidamente menos graves do que este.

Escolheu-se a reportagem intitulada “Sai licença ambiental de campo de golfe olímpico”¹¹, veiculada no *O Globo Rio*, no dia 30 de abril de 2013, e assinada por Emanuel Alencar, como o último texto com o qual se ilustrará o tratamento conferido pela imprensa on-line à polêmica do campo de golfe olímpico.

A rigor e na prática, o texto pouco acrescenta de novidade aos anteriores, o que expõe que o tratamento da grande imprensa *on-line* a respeito da polêmica do campo de golfe olímpico foi relativamente limitado, proporcionado ao pesquisador se deparar, com certa rapidez, com o nível de saturação tão importante para efeito de pesquisas qualitativas. É, por essa razão, ademais, que a ordem cronológica das reportagens sobre a polêmica não foi de interesse decisivo a ponto de se proceder às análises de reportagem das mais antigas para as mais contemporâneas ou vice-versa.

No que guarda de essencial, a matéria de *O Globo* consiste em mais um exemplo de como as reportagens versando sobre assunto tão grave são expressas, geralmente, em tom ameno e quase pacífico dos jornalistas, em flagrante desproporção com a gravidade que envolve a questão.

No caso da matéria em análise, dá-se a informação abaixo de maneira beirando o apático. Embora se mostre ciência da polêmica envolvida no assunto, ela é colocada como que num segundo plano, posta no devido lugar pelo aparente

¹¹ <https://oglobo.globo.com/rio/sai-licenca-ambiental-de-campo-de-golfe-olimpico-8246649>

tratamento legal que juristas e legisladores estão a dar para o tema. Quase se poderia dizer, com efeito, que o emprego da expressão “sinal verde” revela certo sentimento – ainda que acanhado - de aprovação do jornalista.

O campo de golfe olímpico, na Barra da Tijuca, recebeu sinal verde da Secretaria municipal de Meio Ambiente. Foi publicada na segunda-feira, no Diário Oficial, a concessão da licença de instalação (LI) à Fiori Empreendimentos Imobiliários Ltda. A validade da licença vai até 19 de abril de 2017. As mudanças dos parâmetros urbanísticos do trecho — que integrava uma Zona de Preservação da Vida Silvestre (ZPVS) da Área de Proteção Ambiental (APA) de Marapendi — causaram polêmica. A possibilidade de construção foi aprovada na Câmara dos Vereadores.

No seguimento da matéria, o tom prossegue o mesmo:

Com investimento estimado em R\$ 60 milhões, o campo de golfe será erguido com recursos privados numa área de 1,2 milhão de metros quadrados entre a Avenida das Américas e a Lagoa de Marapendi. O terreno, particular, é alvo de disputa judicial. De acordo com a licença, o projeto deve avaliar a possibilidade de adoção de telhados verdes, tecnologias de redução do consumo energético, além de fontes de energia alternativa. O canteiro de obras deverá ser construído em área sem vegetação e dotado de infraestrutura de esgoto, água e coleta de lixo.

Campo de Golfe Olímpico durante sua construção. Ver figura a seguir.



Figura 6 – Fonte: <https://oglobo.globo.com/rio/bairros/mp-move-acao-contra-municipio-empresa-pede-paralisacao-das-obras-do-campo-de-golfe-olimpico-13661964>

Da leitura atenta do trecho acima, percebe-se determinada satisfação do jornalista em ressaltar o dinheiro da iniciativa privada a arcar com os dispendiosos gastos da construção do campo olímpico, que, dessa forma, não onerariam mais ainda o Estado já tão depauperado. Esta inferência, tão típica da análise de conteúdo, parece se encaixar bem no pensamento neoliberal dos grandes órgãos de imprensa brasileiros.

Torquato (2010) - caracterizando os grandes grupos jornalísticos brasileiros, dentre os quais estão incluídos, sobretudo, os Grupos Globo e Estado e, em menor escala, o Grupo Folha - elenca seus principais traços, a saber: internacionalismo, alta ligação com o poder e com o empresariado, defesa aberta de economia de mercado e forte ligação como poder judiciário.

A reportagem é finalizada com o jornalista dando mostras de adotar postura de lavar as mãos, concedendo, assim, a palavra aos dois partidos da polêmica e desejando deixar suficientemente claro que busca, acima de tudo, a imparcialidade e o distanciamento.

Carlos Arthur Nuzman, presidente do Comitê Rio 2016, disse que todas as licenças já foram concedidas e acrescentou que não haverá atrasos de cronograma.

O vereador Eliomar Coelho, líder do PSOL na Câmara, criticou a concessão da licença:

— É mais um dos sucessivos absurdos que envolvem esse projeto. A prefeitura recebeu o terreno em doação nos anos 1970 com a condição expressa de manter uma área de preservação ambiental. Uma restinga com manguezal e um gramado estéril são a mesma coisa?

Todavia, não estaria por trás dessa concessão simbólica da palavra aos partidos diretamente interessados, uma forma de justificar a ausência de qualquer tomada de posição mais aguda em relação a uma questão de relevância nacional?

Permanece-se, pois, com a nítida impressão de um tratamento jornalístico que lida, no contexto da Polêmica do Campo de Golfe Olímpico das Olimpíadas do Rio-2016, com questões espinhosas como se estivesse colhendo flores.

O empreendimento *Riserva Uno* atualmente. Ver figura a seguir.

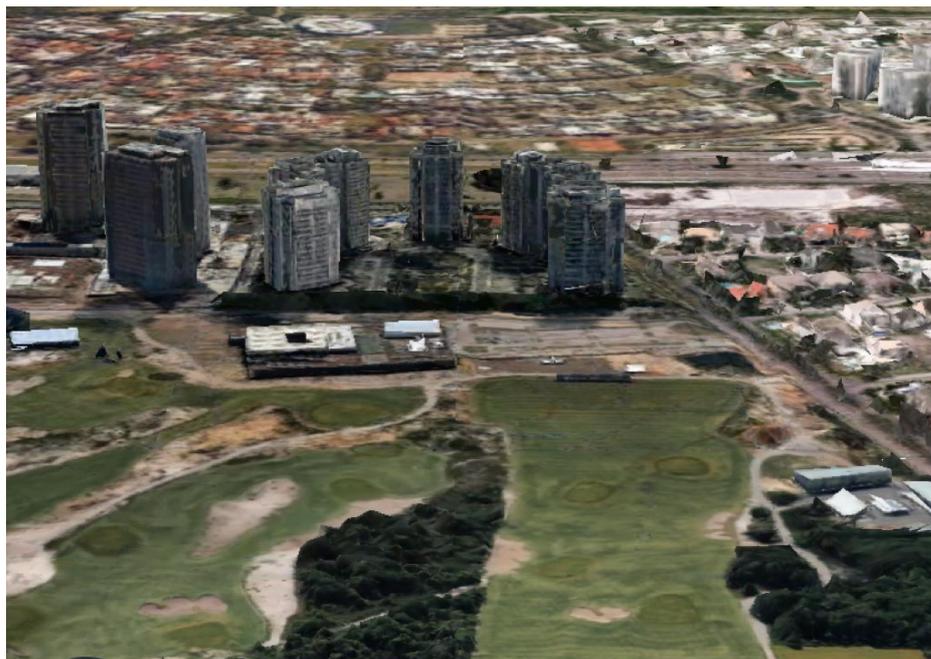


Figura 7 - Fonte do autor

O campo de Golfe Olímpico atualmente. Ver figura a seguir.



Figura 8 – Fonte do autor

5. CONCLUSÕES

Vem a propósito ressaltar que foram levados em conta, para a elaboração da presente dissertação, apenas os grandes órgãos jornalísticos – na versão *on-line* -, que tratam ocasionalmente de matéria ambiental, ou seja, que não integram a chamada imprensa ambiental, a qual existe em função da divulgação sistemática e maciça de notícias relativas ao meio ambiente.

Assim, em visada ao mesmo tempo geral e concisa, dos textos de jornais digitais selecionados e submetidos à análise de conteúdo, torna-se lícito sugerir as seguintes categorias de temas e de procedimentos discursivos, frequentemente tratadas pelos jornalistas em relação à cobertura da polêmica do campo olímpico da Rio-2016:

- O campo de golfe olímpico visto como evento essencialmente polêmico;
- O campo de golfe e seu possível caráter nocivo ao meio ambiente;
- A preocupação em conceder igualmente a voz aos dois lados da polêmica, numa busca de conciliar os interesses do público e do privado.
- A busca de oferecer um tratamento didático do conflito;
- Uma abordagem da questão, que busca ser objetiva e equilibrada, mas que pode, eventualmente, ocultar interesses capitalistas implícitos e que precisam ser legitimados.

Observando a grande imprensa *on-line*, é quase unânime concluir que ela adotou e divulgou o evento do campo de golfe olímpico como um evento polêmico, caracterizado por gestão do dissenso e do desacordo, já que, nas polêmicas, o conflito não é inteiramente resolvido, podendo, quando muito, ser amenizado.

Ou seja, nenhuma cobertura, por mais amena que tenha sido, deixou de apontar que os debates ocorridos em torno do campo de golfe se revestiram, de alguma maneira, de um pendor polêmico, que precisa ser mais bem esclarecido em respeito ao nosso meio ambiente, ao nosso esporte, enfim, a nossa população.

Nesse aspecto, faz-se significativo o emprego reiterado e explícito do vocábulo “polêmica”. Por meio do discurso dos jornalistas, os “partidos” dessa polêmica são inscritos no texto verbal.

Por sinal, ao denominarem o evento comunicativo de “polêmica”, os próprios jornalistas aceitam que se trata de discussão não inteiramente concluída, em progresso, e que poderá voltar à tona a qualquer momento, dependendo do clima do contexto histórico e social.

A polêmica do campo de golfe é construída em larga medida sob a ideia de possível perda de um espaço físico edênico, que daria lugar a um campo de golfe, cuja existência é extremamente nociva ao meio ambiente brasileiro. Nesse aspecto, os animais que resistem às transformações agressivas e permanecem na área do campo são simbólicos de uma situação ambiental em colapso e que é negligenciada pelo poder público municipal.

Essa eventual perda é cogitada por todos, ainda que com diferentes intensidades e graus de preocupação, podendo, inclusive, ser justificada ou legitimada por alguns, a depender dos diferentes interesses e projetos econômicos que entram em jogo. Dessa ótica, a imprensa, em certas oportunidades, desenvolve a função ambígua para não dizer hipócrita, traduzida pela expressão popular do “morde e assopra”.

Nos textos examinados, a polêmica não chegou a se instaurar radicalmente ou nos moldes mais tradicionais, não se verificando, por exemplo, alteração direta entre os órgãos de imprensa que cobriam o assunto.

Isso se deve ao fato da presente pesquisa ter se limitado aos grandes órgãos da imprensa, nos quais, ao que tudo indica, a defesa do meio ambiente não é feita exatamente com o mesmo vigor e com a mesma intensidade como na imprensa verde, em que o engajamento político-ideológico se alça ao primeiro plano, ultrapassando, em importância, a informação meramente referencial. Além disso, as fontes utilizadas para o posicionamento dos jornalistas foram, quase invariavelmente, oficiais, isto é, informações que advinham dos comitês olímpicos oficiais.

Quanto ao mais, valeria, neste momento, colocar a seguinte pergunta: a postura desses órgãos jornalísticos com respeito ao campo de golfe olímpico teria sido relativamente morna e pouco engajada em decorrência de eles representarem, de algumas formas, os grandes grupos e as grandes corporações capitalistas de comunicação?

Diante de assunto delicado e com tamanhas evidências contrárias à necessidade do campo de golfe olímpico, o excesso de reserva e de contenção dos grandes órgãos da imprensa *on-line* em tecer críticas e investigações teria sido legitimado ou justificado por pretensa busca de neutralidade, que seria, também, uma estratégia retórica?

Pensamos que sim. Isso porque, ao decidir não realizar uma investigação mais profunda e profissional sobre uma questão melindrosa e que, de antemão, já apontava para uma série de irregularidades, os jornais procuraram justificar sua escolha sugerindo que deveriam ser objetivos e neutros e, assim, não poderiam exagerar nas críticas contra um ou na defesa de outros. Já que aqueles que mais tinham a perder eram o governo e os grandes interesses públicos e privados, exatamente esse grupo terminou por ser o dos maiores beneficiários de uma imprensa apática.

Ainda que as notícias sobre o campo de golfe aqui analisadas estivessem quase todas eivadas de alguma crítica ao governo e às classes dominantes, há cessão de voz a estes, que, mediados pelo discurso dos jornalistas, podem ser escutados e, eventualmente, compreendidos e perdoados.

Em outras palavras, certo equilíbrio e determinada ponderação nas críticas resultam, igualmente, como sugestão aos leitores dos jornais, que possuem ares didáticos e desejos de apaziguar a opinião pública.

Dessa forma, acredita-se que, naqueles órgãos de comunicação verde mais especializados, dirigidos por ambientalistas e menos presos aos interesses capitalistas das grandes corporações, a polêmica tenha se desenvolvido com maior dose de dicotomização, polarização e liberdade, valorizados como veículo não apenas para informar leitores, mas, também, para inflamar e instrumentalizar eventuais ativistas da causa do meio ambiente.

Seja como for, à semelhança de qualquer outra polêmica, a polêmica do Campo de Golfe Olímpico permitiu, entre outras coisas, a construção de um espaço dialógico público de deliberação cidadã e crítica, que se cruzou e pôs em debate questões importantes ao estado democrático de direito brasileiro, que retomaram discursos anteriores que, de alguma maneira, tinham se posicionado sobre assuntos que, agora, voltam à tona com toda força (AMOSSY, 2017).

A polêmica em torno do campo de golfe da Rio-2016 e suas consequências diretas e indiretas, quanto ao mais, tiveram a relevante função de deixar evidente que há – e deve haver mais ainda - todo um ativismo combativo organizado em prol da preservação do meio ambiente no Brasil e que isso deve partir, de preferência, das cidades. Paralelo a isso, possibilitou intensificar o exercício do protesto individual e social, que aponta para desejos de mudanças, que, certamente, precisam ocorrer com grande urgência e visibilidade.

Ao mesmo tempo em que o debate sinalizou para essa prática engajada, intensificou os elos sociais de relação, unidade e união entre essas pessoas, do município à nação, não deixando de servir, também, de convite à ação para outras pessoas avessas, num primeiro momento, à militância ecológica e à sua expressão por meio da comunicação.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, E. Sai licença ambiental de campo de golfe olímpico. **O Globo**, Rio de Janeiro, 30 abril. 2013. Disponível em: < <https://oglobo.globo.com/rio/sai-licenca-ambiental-de-campo-de-golfe-olimpico-8246649>>. Acesso em: 4 jan. 2018.

ALTINO, L. Denúncias sobre campo de golfe olímpico motivam nova manifestação nesta quinta. **O Globo**, Rio de Janeiro, 21 set. 2017. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/bairros/denuncias-sobre-campo-de-golfe-olimpico-motivam-nova-manifestacao-nesta-quinta-21848274>>. Acesso em 6 jan 2018.

AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.

AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.

BARBOSA, Gustavo; RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de comunicação**. Rio de Janeiro: Campus, 2008.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Coimbra: Almedina, 2011.

BERNA, Vilmar Sidnei Demamam. **Comunicação ambiental**: reflexões práticas em educação e comunicação ambiental. São Paulo: Paulus, 2010.

BUENO, Wilson da Costa. As síndromes do jornalismo ambiental brasileiro. In: MELO, José Marques (Org.). **Mídia, ecologia e sociedade**. São Paulo: Intercom, 2008. p.161-172.

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação, jornalismo e sustentabilidade: apontamentos críticos. In:___ Org.). **Comunicação empresarial e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2015. p.51-69.

BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação, jornalismo e meio ambiente**. São Paulo: Mojoara, 2007.

CAMPATO JR., João Adalberto. A comunicação ambiental no contexto da comunicação em geral. In: CAMPATO JR., João Adalberto (Org.). **Ciências ambientais: um olhar plural**. São José do Rio Preto: HN, 2018, p.15-35.

CAMPATO JR., João Adalberto. **A comunicação persuasiva: teoria e prática**. São José do Rio Preto: HN, 2015.

CAMPATO, JR., João Adalberto. Efeitos de sentido na representação de questões socioambientais pelo discurso literário. In: CAMPATO JR., João Adalberto. **Língua Portuguesa, literatura e artes: produção de sentidos na escola**. São José do rio Preto: HN, 2017. p.49-78.

CARVALHO, Luis Gustavo Barbedo Coelho Montes de. **Uma análise crítica das áreas de preservação ambiental no centro urbano: o caso do campo de golfe olímpico da Barra da Tijuca/RJ**. 2018. 154f. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Veiga de Almeida. Rio de Janeiro, 2018.

FIORIN, José Luiz. Comunicação e linguagem. In: CITELLI, Adilson et al. (Org.). **Dicionário de Comunicação: escolas, teorias e autores**. São Paulo: Contexto, 2014.

FONSECA JR., Wilson C da. Análise de conteúdo. In: DUARTE, J.; BARROS, A.(Orgs.). **Métodos e técnicas em pesquisas de comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2017. P. 280-304.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1975.

JOHN, Liana. Internet. In: TRIGUEIRO, André et al. **Manual de comunicação e meio ambiente**. São Paulo: Peirópolis, 2004. p. 77-89.

KONCHINSKI, Vinícius. Presidente do COI rebate Paes e diz que campo de golfe é ideia do prefeito. **Universo Online** (UOL- Grupo Folha), São Paulo, 25 fev. 2015.

Disponível em: <<https://olimpiadas.uol.com.br/noticias/2015/02/25/presidente-do-coi-rebate-paes-e-diz-que-campo-de-golfe-e-ideia-do-prefeito.htm>> Acesso em 12 fev. 2018.

LUZ, Cícero Krupp da; LEITE, Robson Soares. O estado de exceção nos jogos olímpicos Rio-2016: a violação dos direitos ambientais no caso do campo de golfe. **REDESG**. v.4, n.2, 2015. p. 88-122.

MESQUITA, Flávio Agnelli; TSUTSUI, Ana Lúcia Nishida. A Comunicação Oficial dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016: infraestrutura e transparência como pautas centrais. **Anais Intercom** . XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Foz do Iguaçu, 2014.

MINAYO, M.C de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 2013.

MOURA, H. V. **Os outros Rios de Janeiro: estudo sociológico sobre o imaginário dos arquitetos no contexto de preparação dos Jogos Olímpicos de 2016**. 190f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

MURAD, E.; AMARAL FILHO, N.; BOFF, E. **Comunicação organizacional verde**: economia, marketing ambiental e diálogo social para a sustentabilidade corporativa. Rio de Janeiro: Editório, 2013.

NOGUEIRA, Ítalo. Cabral afirma que Lula e Paes sabiam de propina pela Rio-2016. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 4 jul. 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2019/07/cabral-afirma-que-lula-e-paes-sabiam-de-propina-pela-rio-2016.shtml>>. Acesso em 4 jul. 2019.

OLIVEIRA, Fabíola. Democracia, meio ambiente e jornalismo no Brasil. In: DENCKER, Ana de F. M.; KUNSCH, Margarida (Orgs.). **Comunicação e meio ambiente**. São Bernardo do Campo: Intercom, 1996. p.61-69.

PESSOA, Daniela. Cercado de polêmica, campo de golfe olímpico vira oásis verde na Barra. **Veja Rio**, Rio de Janeiro, 17 set. 2016, Disponível em: <<https://vejario.abril.com.br/cidades/cercado-de-polemica-campo-de-golfe-olimpico-vira-oasis-verde-na-barra/>> 2016. Acesso em: 2 mar. 2018.

RIO DE JANEIRO. Prefeitura Municipal. **Dossiê Campo de Golfe: Porquê construir um novo campo de golfe? Como foi a oficialização e a escolha do terreno Reserva como o melhor local para a instalação**, Rio de Janeiro, em 18 mar. 2015. Disponível em: <<http://medium.com/dossiê-campo-de-golfe/porquê-construir-um-novo-campo-de-golfe-d690a9046b95#ayrxvxdoq>>. Acesso em 25 mar. 2017.

SAMPIERI, R. H; COLLADO, C. F.; LUCIO, Maria del Pilar B. **Metodologia da pesquisa**. 5.e.d. Porto Alegre, Penso, 2013.

TORQUATO, G. **Tratado de comunicação organizacional e política**. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

VILALBA, Rodrigo. **Teoria da comunicação**: conceitos básicos. São Paulo: Ática, 2006.

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa**: do início ao fim. Porto Alegre: Penso, 2016.